



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL**

CAROLINE DE SÃO LEÃO SOUSA

**A ENTREVISTA INICIAL NO PROCESSO DE TRABALHO DO
ASSISTENTE SOCIAL NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE
FLORIANÓPOLIS**

Florianópolis, SC

2015

CAROLINE DE SÃO LEÃO SOUSA

**A ENTREVISTA INICIAL NO PROCESSO DE TRABALHO DO
ASSISTENTE SOCIAL NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE
FLORIANÓPOLIS**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido
ao Curso de Graduação em Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina
como parte dos requisitos para obtenção do
título de Bacharel em Serviço Social

Orientadora: Profa. Dra. Michelly Laurita
Wiese

Florianópolis

2015

CAROLINE DE SÃO LEÃO SOUSA

**A ENTREVISTA INICIAL NO PROCESSO DE TRABALHO DO
ASSISTENTE SOCIAL NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE
FLORIANÓPOLIS**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi submetido à avaliação e aprovado pela Comissão Examinadora para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pelo Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 14 de outubro de 2015.

Comissão Examinadora



Professora Dra. Michelly Laurita Wiese
Presidenta da Banca



Professora Dra. Sirlândia Schapoo
Membro



Assistente Social Rosane Pereira
Membro

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus, me deu proteção e amparo que necessitei para conclusão desta etapa da minha vida. Obrigada, Pai!

Aos meus pais, Cicero Alves de Sousa e Regiane de São Leão Sousa, pela paciência que tiveram comigo neste momento desafiador. Amo vocês incondicionalmente.

Ao meu companheiro, confidente, amigo, amante e futuro marido Alan Ribeiro Rodrigues. Você faz parte da minha história. Obrigada pelo suporte técnico e por estar ao meu lado sempre nos momentos que preciso. Amo-te demais.

A todos os meus *Mestres* pela dedicação, orientação, respeito e carinho durante todo este período.

Ao PET Conexões de Saberes, pelo aprendizado extracurricular que pude realizar. As minhas tutoras Maria del Carmen Cortizo e Myriam Mitjavila que me proporcionaram além de orientação, apoio nos momentos em que não pude estar presente. Aos meus colegas *petianos* pelo respeito e carinho.

A minha orientadora Michelly Laurita Wiese pela tranquilidade, carinho, incentivo e orientação para este trabalho.

A grande turma que ingressou comigo no Curso de Serviço Social. Foram companheiros de boas risadas, de aprendizado, de boas conversas. Em especial meus agradecimentos para Franciele, Andrielen, Dyogo, Thayse, Jeferson, Gisele, Lucas, Luciana, Fabiola, Suély, Elisa, dentre tantos outros que cruzaram meu caminho neste processo.

Minha admiração especial para minha colega e amiga Luciana Goulart da Rocha Fonseca que permanecerá na minha vida para sempre – *Melhores Amigas!* Obrigada por todo apoio na elaboração deste trabalho amiga, mesmo com a correria do mestrado perdeu seu tempo comigo. Amo-te.

A toda Equipe do Setor de Social da Penitenciária Estadual de Florianópolis e demais setores desta unidade, onde realizei meu estágio. Em especial a minha supervisora de estágio Rosane Pereira que foi sempre amiga, companheira e compreensiva em todos os momentos que precisei.

Enfim, a todos que cruzaram o meu caminho durante essa importante jornada.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar a importância da entrevista como um instrumento de trabalho do Serviço Social dentro da Penitenciária Estadual de Florianópolis, uma vez que durante a experiência de estágio constatou-se que a aplicação deste instrumento de trabalho não era mais realizada com os detentos que se encontram reclusos na instituição, devido à falta de profissionais de Serviço Social. Busca-se com este trabalho, debater aspectos sobre a realidade prisional na sociedade contemporânea, para isso irá trazer o contexto histórico do surgimento das prisões. Fazendo um apanhado sobre a realidade do sistema prisional brasileiro e catarinense, para depois trazer aspectos sobre a contextualização do surgimento da Penitenciária Estadual de Florianópolis. Ainda, irá abordar o conceito de instrumentalidade dentro da profissão de Serviço Social, analisando acerca da atuação do Serviço Social na Penitenciária de Florianópolis, para compreender a importância do trabalho dos Assistentes Sociais nesta instituição, bem como observar os desafios enfrentados pelos mesmos nesse espaço. Será problematizada a aplicação da Entrevista Inicial pelo Serviço Social na Penitenciária, trazendo apontamentos coletados em entrevistas realizadas durante a prática do estágio, pela autora deste TCC, bem como os avanços e dificuldades encontrados para a aplicação deste instrumento. O estudo parte de uma pesquisa bibliográfica, através do levantamento de livros, artigos, e demais materiais escritos que fundamentassem a discussão da política carcerária no Brasil e o Serviço Social neste espaço sócio ocupacional. Outro método utilizado foi a pesquisa documental que se deu através dos formulários de entrevistas aplicados com alguns detentos durante o desenvolvimento do estágio. Além disso, também utilizou-se o recurso da observação participante ao longo da vivência no estágio, ao participar de atendimentos e dos acompanhamentos dos detentos na unidade prisional. Os principais resultados apontam que a entrevista inicial auxilia o profissional de Serviço Social a garantir um melhor atendimento do detento, no entanto, constatou-se que a falta de profissionais compromete a aplicação deste instrumento na Penitenciária Estadual de Florianópolis

Palavras-chaves: Sistema Prisional, Serviço Social, Entrevista, Instrumentalidade.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Percentual de presos por faixa etária em Santa Catarina	21
Figura 2 – Percentual de presos por etnia/cor de Santa Catarina	22
Figura 3 – Percentual de presos por grau de instrução em Santa Catarina	23
Figura 4 – Organograma da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania	28

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TCC Trabalho de Conclusão de Curso

CNPCP Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

DEPEN Departamento Penitenciário Nacional

LEP Lei de Execução Penal

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

InfoPen Sistema Integrado de Informações Penitenciárias

SJC Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

DEAP Departamento de Administração Prisional

CTT Central de Triagem da Trindade

HCTP Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico

UPA Unidade Prisional Avançada

COT Centro de Observação e Triagem

CIC Centro Integrado de Cultura

CEJA Centro de Educação de Jovens e Adultos

ENEM Exame Nacional de Ensino Médio

ENCCEJA Exame Nacional para Certificado de Competência para Jovens e Adultos

SUS Sistema Único de Saúde

UBS Unidade Básica de Saúde

PNAISP Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional

DPU Defensoria Pública da União

PIS Programa de Integração Social

FGTS Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAI Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

IGP Instituto Geral de Perícias

SISP Sistema Integrado de Segurança Pública

CI Comunicação Interna

MD Medida Disciplinar

INSS Instituto Nacional de Seguro Social

RG Registro Geral

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA PRISIONAL	12
2.1 Realidade do Sistema Prisional: alguns aspectos da realidade brasileira e catarinense .	17
2.1.1 Sistema Prisional em Santa Catarina.....	20
2.1.2 Breve histórico da Penitenciária Estadual de Florianópolis.....	25
3 A INSTRUMENTALIDADE E O SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FLORIANÓPOLIS.....	34
3.1 O Serviço Social na Penitenciária.....	38
3.2 Problematizando a Aplicação da Entrevista Inicial pelo Serviço Social na Penitenciária Estadual de Florianópolis.....	48
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS	61

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Serviço Social tem por finalidade analisar a importância da entrevista como um instrumento de trabalho do Serviço Social dentro da Penitenciária Estadual de Florianópolis, pois durante a vivência de estágio¹ verificou-se que a aplicação deste instrumento de trabalho não era mais realizada com os detentos que se encontram na instituição desde o ano de 2005, devido à falta de profissionais de Serviço Social.

O assunto acerca do sistema prisional no Brasil hoje se apresenta como um problema complexo e atual, por se referir a uma população estigmatizada e marginalizada, tanto pela sociedade quanto pelo próprio Estado. Mas ainda é um assunto pouco debatido no âmbito da profissão do Serviço Social.

O campo de Estágio propiciou tanto a experiência como o debate sobre a importância da entrevista inicial no processo de trabalho do Serviço Social para melhor atendimentos das demandas dos detentos e para a garantia do direito dos mesmos. Nesse sentido, se justifica a relevância deste trabalho pois, amplia-se os conhecimentos sobre o sistema carcerário brasileiro, trazendo essa discussão para o espaço acadêmico.

A pergunta inicial geradora da pesquisa consiste em elucidar a questão: “Qual a contribuição da utilização da entrevista inicial pelo Serviço Social com os detentos na Penitenciária Estadual de Florianópolis? ”.

Para responder a esta pergunta de pesquisa, partiu-se do seguinte objetivo geral: “Analisar a importância da entrevista como um instrumento de trabalho do Serviço Social dentro da Penitenciária Estadual de Florianópolis”. Como objetivos específicos, elencou-se: “contribuir para a realização de levantamento bibliográfico sobre o Serviço Social no sistema prisional; propiciar uma maior apropriação dos instrumentos de trabalho do Serviço Social; contribuir para a produção de conhecimento sobre a realidade do sistema carcerário na Penitenciária Estadual de Florianópolis, e o papel do Serviço Social nessa instituição e auxiliar na construção de um perfil atualizado dos detentos e estabelecer encaminhamentos adequados.”

Como hipótese desta pesquisa entende-se que a entrevista inicial pode auxiliar o Serviço Social no melhor atendimento dos detentos. Através do contato inicial podem ser observadas diversas características importantes para garantir direitos dos detentos: contatos familiares,

¹ Este tema foi escolhido a partir das inquietações geradas durante a inserção no campo de estágio obrigatório I, II e não obrigatório I em Serviço Social com o Projeto de Intervenção, realizado na Penitenciária Estadual de Florianópolis no período de janeiro de 2014 a julho de 2015.

problemas de saúde, habilidades profissionais, além de orientações de normas e procedimentos que facilitam o cumprimento da pena. A ausência do papel do Estado em investir no sistema prisional e verificar a real necessidade de recursos humanos para atender a população carcerária compromete o atendimento de qualidade ao detento.

Com relação aos procedimentos metodológicos utilizados no estudo, partiu-se de uma abordagem de pesquisa qualitativa, pois este tipo de pesquisa “não é traduzido em números, na qual pretende verificar a relação da realidade com o objeto de estudo, obtendo várias interpretações de uma análise indutiva por parte do pesquisador.” (DALFOVO, 2008. p. 06)

Sendo assim, a pesquisa qualitativa descreve a complexidade de um certo problema, sendo indispensável compreender e classificar os processos dinâmicos vividos nos grupos, colaborar no processo de mudança, permitindo o entendimento das mais variadas particularidades dos indivíduos. (DALFOVO, 2008)

A coleta de dados se deu pela pesquisa bibliográfica através do levantamento de livros, artigos, e demais materiais escritos que fundamentassem a discussão da política carcerária no Brasil e o Serviço Social neste espaço sócio ocupacional. Conforme Gil (1989):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos. [...] A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. (p.71)

A pesquisa documental se deu através dos formulários de entrevistas (APÊNDICE 01) aplicados com 12 (doze) detentos durante o desenvolvimento do estágio. A pesquisa documental é semelhante a pesquisa bibliográfica, no entanto segundo Gil (1989)

[...] Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. (p. 73)

Além da pesquisa bibliográfica e documental, também utilizou-se o recurso da observação participante ao longo da vivência no estágio, ao participar de atendimentos e dos acompanhamentos dos detentos na unidade prisional, colher impressões e dados sobre realidade institucional da prisão, percebendo as lacunas deixadas pelo Estado no que se refere ao tratamento dos presos, negando atendimentos básicas, como material de higiene e um tratamento digno de saúde, dentre tantos outros.

Por observação participante entendemos a “participação real do observador na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo.” (GIL, 1989. p. 107). Neste sentido, além de observar interagimos com o outro, participando ativamente do processo de observação.

Nesta direção, entende-se que a entrevista é um importante instrumento de trabalho do Assistente Social, porém devida ao número restrito de profissionais na instituição desde o ano de 2005, ela não é mais realizada. Em virtude da grande demanda de solicitações e encaminhamentos, que são atendimentos prioritários, não há recursos humanos suficientes para a realização das entrevistas iniciais.

A população carcerária da Penitenciária Estadual de Florianópolis gira em torno de 950 (novecentos e cinquenta) detentos entre provisórios e condenados com alta rotatividade, devido à transferência entre unidades e progressões de regime. São em média 600 (seiscentos) memorandos² por mês e aproximadamente 150 (cento e cinquenta) atendimentos individuais mensais, além das dificuldades impostas pelo setor de segurança, disponibilidade de salas e horários.

No decorrer da experiência de estágio foi possível, em alguns momentos, aplicar a entrevista inicial com alguns detentos que estão reclusos na instituição, auxiliando a análise dos avanços e dificuldades encontrados para a realização da entrevista inicial.

Acredita-se que a retomada desse instrumento na Penitenciária é de grande importância, pois é neste momento que o profissional de Serviço Social poderá fazer os primeiros esclarecimentos ao detento orientando-os quanto aos seus direitos e deveres, informando-os sobre o dia a dia na unidade e buscando informações como, por exemplo, o uso de substâncias psicoativas, problemas de relacionamento, problemas de saúde, e informações sobre os familiares (contatos e endereços) e possíveis visitantes. Essas informações poderão auxiliar na melhor inserção do detento na instituição e na realização de encaminhamentos adequados, podendo contribuir também no processo de ressocialização do detento.

A partir da pesquisa realizada, o presente trabalho subdivide-se em introdução, segunda seção intitulada “Contextualização da Política Prisional” abordará aspectos sobre a realidade prisional na sociedade contemporânea, para isso irá retomar o contexto histórico do surgimento das prisões. Em seguida será feita uma contextualização sobre a realidade do sistema prisional

² É um documento interno que tem como objetivo a comunicação entre o detento e os demais setores da instituição, onde os detentos informam suas respectivas necessidades e dúvidas e em tese devem receber as repostas dos setores através de um comunicado interno (CI).

brasileiro e catarinense, para depois fazer uma contextualização do surgimento da Penitenciária Estadual de Florianópolis.

Na terceira seção, denominada “A Instrumentalidade e o Serviço Social no Âmbito da Penitenciária Estadual de Florianópolis”, primeiramente irá se discutir sobre o conceito de instrumentalidade dentro da profissão de Serviço Social, depois será feita uma contextualização acerca da atuação do Serviço Social na Penitenciária de Florianópolis, para poder compreender a importância do trabalho dos Assistentes Sociais nesta instituição, bem como observar os desafios enfrentados pelos mesmos nesse espaço. Será problematizada a aplicação da Entrevista Inicial pelo Serviço Social na Penitenciária, trazendo apontamentos coletados na entrevista realizada pela autora deste TCC, bem como os avanços e dificuldades encontrados para a aplicação deste instrumento.

Para finalizar, nas considerações finais se destacará as principais conclusões que a pesquisa indica destacando a relevância da continuidade e aprofundamento do objeto de estudo/pesquisa para o âmbito das políticas sociais bem como para a prática do assistente social.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA PRISIONAL

Neste capítulo buscaremos retomar o contexto histórico do surgimento das prisões na sociedade, observando suas características e sua lógica institucional, para desse modo compreender e entender os aspectos e problemas do funcionamento dessas instituições na sociedade contemporânea. Essa retomada histórica é importante para que possamos compreender melhor a evolução das formas de punição e seu reflexo na sociedade atual.

A institucionalização da pena³ é muito antiga, aparecendo desde a gênese da civilização. Durante o desenvolvimento da humanidade sempre houve questionamentos referente às formas de punição, primeiramente como manifestação de reação natural do homem primitivo, para conservar os princípios morais vigentes na época e sua integridade. Em seguida, aparece como um modo de retribuição e de advertência através das formas mais cruéis e aprimoradas de punição, até chegarmos nos dias atuais, quando a pena pretende assegurar-se como uma função terapêutica e recuperadora. (OLIVEIRA, 2003)

Em tempos de uma economia servil, os organismos punitivos têm a função de recrutar força de trabalho e estabelecer uma escravidão civil. No período do feudalismo, onde a moeda e a produção estão pouco desenvolvidas, há um crescimento dos castigos corporais, ou seja, suplícios⁴. Com o desenvolvimento do comércio, surgem às casas de correção e o trabalho forçado, com o processo de industrialização aparece a necessidade de um mercado com um excedente de mão de obra livre. Assim, observa-se que “na reforma penal do século XVIII, novos fundamentos regularizam e universalizam a arte de castigar, pois para punir tanto os indivíduos tidos como perigosos e inúteis quanto os burgueses era preciso a enunciação de novos regulamentos.” (ALMEIDA, 2006, p.58)

Conforme Oliveira (2003), na Europa, do século XIII ao século XVIII, o regime de punição que vigorava era centralizado na punição principalmente do corpo do indivíduo. A pena de morte era sempre acompanhada de técnicas muito violentas e cruéis de suplícios, o cumprimento da pena sempre era antecedido de cerimônia destinada a impressionar o povo.

[...] a execução havia se tornado uma verdadeira reprodução teatral, triunfo e ritual organizado, que devia exhibir seu espetáculo ao público, com lentidão de requintados e sofisticados suplícios, peripécias dos carrascos e os gritos alucinantes de tortura e sofrimento dos condenados. Tais cenas, de marcante

³ Segundo Oliveira (2003, p.24) “Etimologicamente, o termo pena procede do latim (*poena*), porém com derivação do grego (*poiné*), significando dor, castigo, punição, expiação, penitência, sofrimento, trabalho, fadiga, submissão, vingança e recompensa”.

⁴ Dura punição corporal impostas por sentenças.

ostentação e cicatrizes, deveriam permanecer eternas sequelas na memória dos homens, através dos tempos. [...] (OLIVEIRA, 2003. p. 40)

Durante este período, onde vigorava o regime das monarquias absolutistas, em que o poder do soberano era atribuído a um desígnio de Deus, o crime era visto como um desafio à soberania do monarca. O transgressor perturbava a ordem de seu poder sobre os indivíduos e sobre as coisas, sendo que o rei concentrava não só o governo, mas também o poder legal e de justiça. “Assim, a punição não era apresentada como uma reparação social – como modernamente será – mas como uma cerimônia política” (TRISOTTO, 2005, p. 64)

De acordo com Foucault (2013), no final do século XVIII e começo do século XIX, tem início uma transformação nas formas de aplicação das penas. As formas violentas de suplícios e de execuções públicas passam a ser consideradas cruéis e incoerentes com o sistema de justiça moderna, que busca corrigir, reeducar, “curar” as pessoas.

A execução pública é vista então como uma fornalha em que se acende a violência. A punição vai-se tornando, pois, a parte mais velada do processo penal, provocando várias consequências: deixa o campo da percepção quase diária e entra no da consciência abstrata; sua eficácia é atribuída à sua fatalidade, não à sua intensidade visível; a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro; a mecânica exemplar da punição muda as engrenagens. Por essa razão, a justiça não mais assume publicamente a parte de violência que está ligada a seu exercício. O fato de ela matar ou ferir já não é mais glorificação de sua força, mas um elemento intrínseco a ela que é obrigada a tolerar e muito lhe custa ter que impor [...] (FOUCAULT, 2013, p. 14).

A mudança de um sistema de punição violento para um sistema mais “humanizado” ocorre devido a uma nova configuração no desenvolvimento de produção, com crescimento das riquezas, a valorização jurídica e moral maior das relações de propriedade, se percebe a necessidade de métodos de vigilância mais rigorosos, um policiamento mais rígido da população. (FOUCAULT, 2013)

O espetáculo em torno do sofrimento físico deixa de ser característica do sistema de aplicação da pena, dando origem a um caráter humanitário para o sistema penal. Como consequência dessa nova forma de exercício do poder, para que fosse substituído o carrasco, surgiu um grupo de técnicos com objetivo de correção e reeducação do indivíduo, que são: os guardas, os médicos, os religiosos, os psiquiatras, os psicólogos, os educadores, etc. “Todo o aparelho que se desenvolveu há anos, em torno da aplicação das penas e de seu ajustamento aos indivíduos, desmultiplica as instâncias da decisão judiciária, prolongando-a muito além da sentença.” (FOUCAULT, 2013, p.24).

Desse modo, com o surgimento das prisões se modifica o objetivo da punição, que passa de um simples espetáculo de violência e crueldade para um ajustamento do indivíduo à sociedade, buscando uma adequação, uma forma de enquadrá-los nas normas gerais da mesma. Essa nova forma de punição, através da privação de liberdade irá atuar, portanto, sobre a “vontade, intelecto e disposição do condenado, de maneira institucionaliza e dolorosa”. (CARDOSO, 2005. p. 18)

Destaca-se o advento da Revolução Industrial e o fortalecimento do capitalismo como um marco importante na mudança da estrutura política e social da sociedade contemporânea. Essas mudanças irão influenciar de maneira significativa a formação da prisão moderna, pois, com o crescente desenvolvimento da indústria se torna indispensável “a necessidade de uma força de trabalho ajustada aos aparelhos de produção, sendo do interesse da burguesia a reconstrução do criminoso em proletário.” (SANTOS, 2013. p. 16)

Já que a prisão é o local de “reforma do indivíduo, este então será disciplinado, se tornara dócil e útil, principalmente ao trabalho. O papel desempenhado por estas instituições, a necessidade de “reeducação” dos criminosos objetivando sua reinserção social, pode ser considerado de maneira mais complexa, como controle da força de trabalho, sua educação e domesticação, se tornado apto a seguir as normas da sociedade. (SANTOS, 2013. p. 16)

A partir dos séculos XVII e XVIII, a prisão vem substituir definitivamente a pena de morte, é nesse período que nasce um grande número de estabelecimentos de detenção para os condenados, com as mais diversas denominações, “não obedecendo a nenhum princípio penitenciário, excluídas, ainda, todas as formas de higiene, pedagogia e moral.” E, finalmente, com o Código Penal Francês de 1810, que os demais suplícios, as medidas de exasperação e os trabalhos forçados também deixam de existir. (OLIVEIRA, 2003. p. 50)

Conforme Foucault (2013), a partir do momento que a prisão se tornou a pena por excelência e os castigos corporais deixaram de existir, ocorreu sobre ela a dupla função de punir e reabilitar. “Fundada nesta dupla finalidade, a pena de privação de liberdade se espalhou e se sedimentou desde os primórdios do século XIX, inicialmente na Europa e, posteriormente, para o restante do mundo Ocidental” (SANTOS, 2013. p. 16).

Observa-se então, que o exercício de punição no século XIX, está centralizado no ato de vigiar, deixando de lado o suplício em praça pública, não que este deixe de existir, mas agora em local destinado especialmente para isso, a prisão, onde a sociedade não pode mais observá-lo diretamente, constituindo-se como resultado de julgamento norteado por leis racionais, com finalidade de reabilitar e recuperar o indivíduo, para o retorno à vida social. (SANTOS, 2013)

A prisão tem em sua configuração “a forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, por meio de um trabalho preciso sobre seu corpo”, e faz isso através de técnicas que dividem os indivíduos, os fixam e os distribuem espacialmente, os classificam, e tiram ao máximo seu tempo e sua força. Treinam seus corpos, codificam seus comportamentos, os mantêm em constante observação. Constrói sobre eles um saber que se acumula e que se centraliza. (FOUCAULT, 2013. p. 217)

[...] A prisão deve ser um aparelho disciplinar exaustivo. Em vários sentidos: deve tomar a seu cargo todos os aspectos do indivíduo, seu treinamento físico, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento cotidiano, sua atitude moral, suas disposições; a prisão, muito mais que a escola, a oficina ou o exército, que implicam sempre numa certa especialização, é “onidisciplinar”. [...] Enfim, ela dá um poder quase total sobre os detentos; tem seus mecanismos internos de repressão e de castigos: disciplina despótica. Leva à mais forte intensidade todos os processos que encontramos nos outros dispositivos de disciplina. Ela tem que ser a maquinaria mais potente para impor uma nova forma ao indivíduo pervertido; seu modo de ação é a coação de uma educação total [...] (FOUCAULT, 2013. p. 222)

Para somar-se a esta discussão, Goffman (1961), destaca que toda instituição tem disposições de “fechamento”, algumas mais fechadas do que outras, sendo que as muito fechadas ele vai denominar de instituições totais, que têm suas características:

[...] simbolizado pela barreira que se ergue obstaculizando a relação social com o mundo externo e por óbices que se estabelecem à saída dos internados, muitas deles físicos, tais como portas fechadas, muros altos, cercas de arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos. [...] (GOFFMAN, 1961, p.16)

Uma disposição fundamental na organização da sociedade moderna é que o indivíduo tem a tendência a “dormir, brincar, e trabalhar em diferentes lugares, com diferentes coparticipantes, sob diferentes autoridades e sem um plano racional geral”. Portanto, podemos destacar como um aspecto central das instituições totais a ruptura das barreiras que frequentemente separam três esferas da vida:

[...] Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, a seguinte, e toda a sequência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são

reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição. (GOFFMAN, 1961, p. 17)

Esse controle sobre os diferentes aspectos das necessidades humanas, pela organização burocrática de grupos de pessoas, tem importantes implicações como:

[...] Quando as pessoas se movimentam em conjuntos, podem ser supervisionadas por um pessoal, cuja atividade principal não é orientação ou inspeção periódica (tal como ocorre em muitas relações empregador-empregado), mas vigilância - fazer com que todos façam o que foi claramente indicado como exigido, sob condições em que a infração de uma pessoa tende a salientar-se diante da obediência visível e constantemente examinada dos outros. [...] (GOFFMAN, 1961, p. 18)

Pode-se constatar que na atualidade as questões abordadas por Goffman (1961) e Foucault (2013) ainda se fazem presentes no que se refere às instituições totais e as formas punitivas.

Atualmente, em nossa sociedade, o sistema prisional não significa apenas uma questão de muros, de celas e de trancas, a prisão é muito mais complexa do que isso. Ela tem como principal finalidade o custodiamento e a manutenção da ordem interna da mesma, concentrando um poder repressivo nas mãos de uma minoria e criando um enorme abismo entre os mandantes e os mandados. Uma instituição onde prevalece um regime totalitário, em que os detentos são “submetidos panópticamente⁵ a um controle extremo, por meio de constante vigilância e minucioso regulamento, a uma estrutura severa e limitada, de privacidade impossível, em que a conduta e a intimidade de cada um são observadas pelos demais” (OLIVEIRA, 2003, p. 76).

Cabe ressaltar, que embora o objetivo final da prisão seja a reeducação e reinserção do indivíduo na sociedade, o que se verifica nas prisões atualmente é que essas não reduzem a criminalidade, ao contrário em muitos casos são consideradas uma “universidade do crime”, ou seja, apesar da intenção de diferentes projetos de transformar a prisão em uma instituição regeneradora, não é possível observar qualquer mudança na prática. Conforme Foucault (2013, p. 218) “Conhecem-se todos os inconvenientes da prisão, e sabe-se que é perigosa, quando não inútil. E, entretanto, não “vemos” o que pôr em seu lugar. Ela é detestável solução, de que se pode abrir mão.”

De forma geral, as críticas dirigidas à prisão apontam para o peso econômico que essas instituições representam, se comparadas com a sua incapacidade de diminuir as taxas de

⁵ Conforme Oliveira (2003, p.52), “O panóptico era um tipo de prisão celular, caracterizada pela forma radial, em que uma só pessoa podia exercer em qualquer momento, de um posto de observação, a vigilância dos interiores das celas” [...].

criminalidade. Sugerem também, “a sua contribuição à reincidência e à criação de delinquentes, uma vez que isola os presos, criando uma sociedade de criminosos, submete-os a um trabalho considerado em geral inútil e a uma série de privações”. (TRISOTTO, 2005, p.84)

O condenado à pena privativa de liberdade, ao ser trancafiado em cela, resta impossibilitado de sustentar sua família ou obter recursos para tanto, de tomar decisões ou de exercer seus direitos, de usar seu próprio nome, de escolher suas roupas, de usufruir da posse ou propriedade de seus bens e coisas e de manter relações heterossexuais. Além dessas vicissitudes, deve, ainda enfrentar o angustiante e grave problema do excesso da população carcerária, o que implica reconhecidamente em maior número de presos que número de vagas nas celas, contribuindo isto para tornar degradante a situação das prisões. (OLIVEIRA, 2003, p. 94)

Alguns estudiosos consideram, portanto, que o fracasso da pena privativa de liberdade observado, nesses mais de três séculos desde o seu surgimento, no que se refere à sua função de ressocialização, acontece devido o sistema de reclusão utilizado pelas instituições penais ser, em muitos casos, considerado arcaico, não adequado e mal aplicado. Tornando-se, muitas vezes, pouco resolutivo no quesito recuperação dos indivíduos que se encontram reclusos nessas instituições. (CARDOSO, 2005)

Este item procurou compreender e analisar o surgimento das prisões em nossa sociedade. Servirá como suporte para reflexão das dificuldades e potencialidades que o exercício profissional do Assistente Social irá encontrar nessa realidade institucional, considerando suas complexidades e suas especificidades e que, serão tratadas neste trabalho.

A seguir, apresentaremos uma breve contextualização sobre o sistema prisional brasileiro, destacando sua realidade funcional e trazendo esta discussão para o sistema prisional em Santa Catarina, mas especificamente em Florianópolis.

2.1 Realidade do Sistema Prisional: alguns aspectos da realidade brasileira e catarinense

Neste item se discute alguns dados da realidade do sistema prisional brasileiro, para apresentar em seguida às especificidades da realidade de Santa Catarina.

Na esfera da Política Prisional brasileira, a responsabilidade da política carcerária é do Ministério da Justiça, que atua através do Conselho Nacional de Política Criminal e

Penitenciária (CNPCP)⁶. Este colegiado é o aparelho superior de um sistema integrado pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN)⁷, apoiado pelo Fundo Penitenciário e, nos estados pelos relativos conselhos e órgãos executivos, além dos conselhos da comunidade nas comarcas. Esse sistema é regulado pela Lei de Execução Penal - LEP (Lei 7.210 de 1984), que regulamenta detalhadamente as condições de cumprimento das penas, os direitos dos presos, a organização dos sistemas prisionais estaduais. (CÂMARA, 2007)

Conforme dados estatísticos do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen)⁸, vinculado ao DEPEN, através de levantamento feito pelo Instituto Avante Brasil⁹, é possível observar que a taxa de encarceramento no Brasil vem aumentando nos últimos tempos. Essas análises apontam que, no período de 2008 a 2012, houve um crescimento de 21,4% na população carcerária brasileira, registrando 548.003 presos em 2012, uma taxa de 287,31 presos para cada 100 mil habitantes em uma população de 190.732.694 habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (GOMES, 2015)

É possível observar também que o sistema prisional brasileiro sofre com a superlotação, pois o número de vagas no sistema penitenciário é inferior ao aumento crescente do número da população encarcerada. Em 2008, haviam 296.428 vagas no sistema penitenciário, em 2012 o número de vagas chegou a 310.687, um aumento de somente 4%, resultando em 1,8 presos por vaga, portanto, mais de 240 mil presos estão recolhidos sem a vaga apropriada. (GOMES, 2015)

Com relação ao perfil dos presos no Brasil, observa-se que, os jovens são a maioria dentro do sistema penitenciário brasileiro. Em 2012, o percentual de jovens encarcerados entre 18 e 24 anos eram de 29,8%. Entre a faixa etária de 25 a 29 anos esta taxa foi de 25,3%. Já, na faixa etária entre 30 e 34 anos o percentual era de 19,1%, entre 35 e 45 anos era de 17,4%, entre 46 e 60 anos 6,4%, acima de 60 anos 1%, e 1,2% não informaram. (GOMES, 2015)

No que diz respeito ao nível de escolaridade, nota-se que a maior parte dos presos, em 2012 tinha o Ensino Fundamental Incompleto, 50,5% deles. Dos demais, 14% eram alfabetizados, 13,6% tinham Ensino Fundamental Completo, 8,5% haviam concluído o Ensino Médio, 6,1% eram analfabetos, 1,2% tinham Ensino Médio Incompleto, 0,9% tinham ensino

⁶ O CNPCP tem a finalidade de fornecer as informações de análises, de deliberações e de estímulo intelectual e material às atividades de prevenção da criminalidade.

⁷ O DEPEN é o órgão executivo da Política Penitenciária Nacional e de apoio administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

⁸ O InfoPen é um programa de computador (software) de coleta de Dados do Sistema Penitenciário no Brasil, para a integração dos órgãos de administração penitenciária de todo país, possibilitando a criação dos bancos de dados federal e estaduais sobre os estabelecimentos penais e populações penitenciárias.

⁹ O Instituto Avante Brasil – IAB (Instituto da Prevenção do Crime e da Violência) é uma entidade sem fins lucrativos e que tem por escopo facilitar o acesso às informações e pesquisas sobre os mais diversos temas acadêmicos e científicos.

superior incompleto, 0,04% concluíram o Ensino Superior e 0,03% chegaram a um nível acima de Superior completo. (GOMES, 2015)

Com referência a cor de pele ou etnia, em 2012, os pardos eram a maioria no sistema penitenciário com 43,7% de presença nas prisões brasileiras. Os de cor branca 35,7%, os negros 17%, a cor amarela 0,5% e os indígenas 0,2%. Outras etnias apontaram 2,9% de presença. Conforme o próprio relatório do InfoPen, há um erro de cálculo nessa estatística, registrando uma inconsistência de 28 mil pessoas no valor automático. (GOMES, 2015)

Observa-se, portanto, que o perfil do preso no Brasil é o mesmo há alguns anos, conservando em sua maioria a população de jovens, de cor parda e com baixa escolaridade. Pode-se afirmar que esses dados se mantêm devido ao não investimento em políticas públicas eficazes, de inserção dos jovens negros e com baixa escolaridade na sociedade atual. Em contrapartida, há um investimento cada vez maior na construção de presídios e um discurso crescente a favor da aprovação da Lei de Redução da Maioridade Penal¹⁰. Conforme Cardoso (2005, p.26):

A população carcerária é um dos grupos sociais mais vulneráveis à violência e dos mais excluídos da implementação de políticas públicas e de programas sociais. A condição de isolamento e sua submissão a um regime de instituição total aumentam a probabilidade de violação de seus direitos e da integridade física dos indivíduos que a compõe.

Sobre a realidade nas prisões brasileiras Cardoso (2005), aponta que essas instituições apresentam espaços mínimos, impedindo a mobilidade dos presos. Nas celas, muitas vezes abarrotadas, contam com vasos sanitários sem descargas, onde nem sempre existe água o suficiente.

Os presos são abduzidos a condições precárias, desumanas e primitivas. E sobrevivem a esse caos somente pessoas com forte resistência humana e psicológica. Outro problema detectado nas prisões brasileiras é a precária assistência médica, odontológica, psicológica, jurídica e social, tampouco existe em algumas destas instituições. (CARDOSO, 2005, p. 25)

Outro problema encontrado no sistema prisional brasileiro é a falta de preparo e de conhecimento por parte de alguns funcionários da instituição (como os agentes prisionais e

¹⁰ Proposta de Emenda à Constituição nº 171-A, de 1993, do Sr. Benedito Domingos e outros, que "altera a redação do art. 228 da Constituição Federal" (imputabilidade penal do maior de dezesseis anos), e apensadas (PEC 171/93). Proposta muito discutida no início desse ano e que ainda está aguardando votação do Congresso Federal.

funcionários contratados por cargo comissionado). Portanto, somado os problemas das instalações físicas com a má formação dos profissionais que ali atuam a dinâmica institucional, bem como, o processo de ressocialização ficam prejudicados. Além disso, existe hoje no país um grande número de reincidência dos detentos no sistema carcerário evidenciando, portanto, a impotência de recuperação e ressocialização dos detentos inseridos nesse sistema, que por vezes utilizam medidas curativas e não preventivas contra a violência.

Para melhor compreensão da realidade prisional da Penitenciária de Florianópolis no próximo item traremos alguns dados do sistema prisional de Santa Catarina.

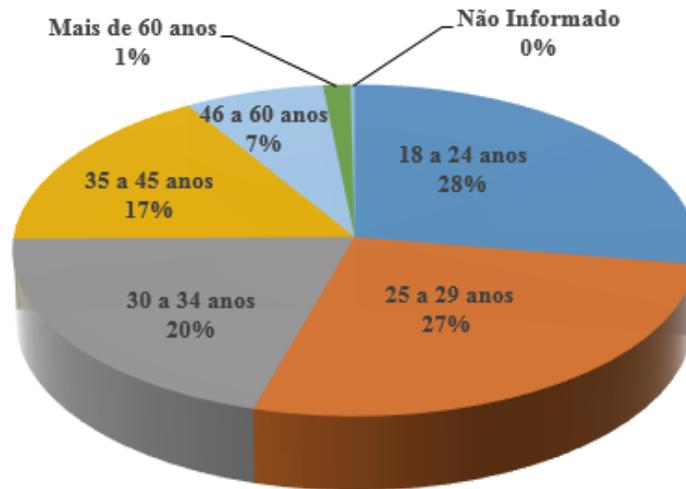
2.1.1 Sistema Prisional em Santa Catarina

No que se refere à realidade catarinense, os dados estatísticos do InfoPen (2015) apontam que em 2012, no Estado de Santa Catarina a população carcerária era de 16.623 de pessoas, uma taxa de aproximadamente 266 para cada 100 mil habitantes, em uma população de 6.249,682 habitantes. O número de vagas no sistema penitenciário nesse mesmo ano era de 9.806 no total, ou seja, 6.817 mil presos estão recolhidos sem a vaga correspondente no Estado.

O perfil dos presos no sistema prisional do Estado de Santa Catarina de acordo com a faixa etária, conforme apresentado no gráfico a baixo, segue a média nacional onde a maioria dos presos são jovens. No ano de 2012, o percentual de jovens presos com faixa etária de 18 a 24 anos era de 28%. Entre a faixa etária dos 25 a 29 anos essa taxa foi de 27%. Do restante, 20% tinham entre 30 a 34 anos, 17% entre 35 a 45 anos, 7% entre 46 a 60 anos, e 1% acima de 60 anos. (InfoPen, 2015)

Constata-se, portanto, que de toda população carcerária de Santa Catarina em 2012, 55% são jovens com faixa etária entre 18 e 29 anos. Este quadro é preocupante, pois demonstra uma inserção precoce desses jovens nas penitenciárias o que contribui para uma “carreira criminosa”.

Figura 1 – Percentual de presos por faixa etária em Santa Catarina



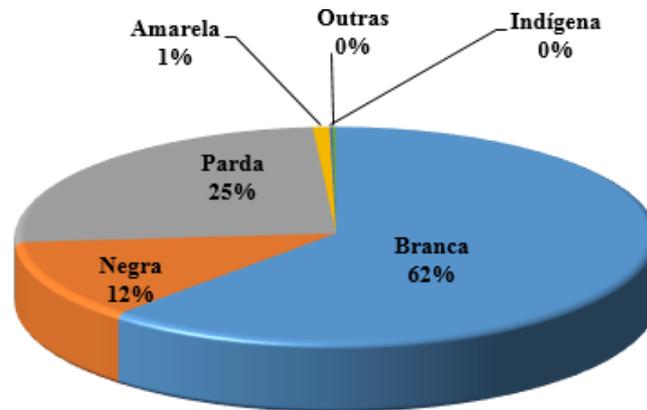
Fonte: InfoPen (2015), gráfico elaborado pela autora

Com relação a cor de pele ou etnia é importante destacar que o Estado de Santa Catarina sofreu um processo diferenciado de ocupação e colonização. Sendo povoado principalmente por imigrantes europeus seu processo de miscigenação se deu com índios, ribeirinhos e imigrantes, diferentemente de outros Estados brasileiros onde existia um número maior de escravos, acarretando assim em uma miscigenação diferenciada com maior número de pardos.

Nesse sentido, conforme dados do IBGE (2008), vale destacar que a população no Estado de Santa Catarina são de 85,7% de pessoas brancas; 2,2% são negros; 11,7% são pardos; enquanto somente 0,3% são amarelos. Esse percentual vai influenciar a quantidade de negros encarcerados

Portanto, observa-se no que diz respeito à cor de pele e etnia da população carcerária há uma diferença da média nacional. No ano de 2012, os brancos eram maioria entre a população carcerária com 62% de presença nas prisões de Santa Catarina. Os de cor parda eram de 25%, os negros 12% os de cor amarela representam 1% dos presos no Estado. (InfoPen, 2015)

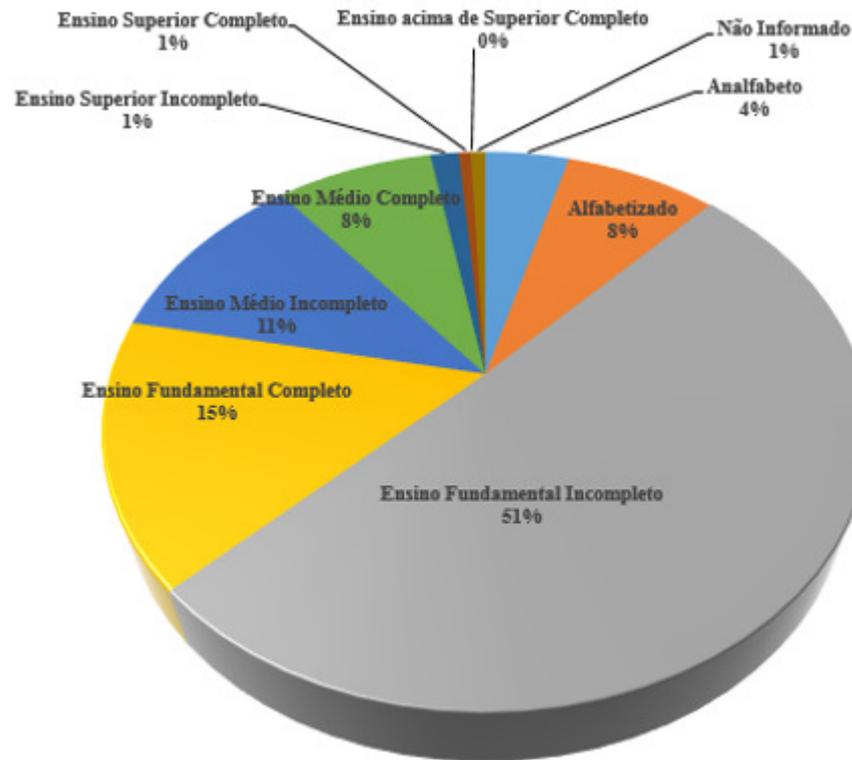
Figura 2 – Percentual de presos por etnia/cor de Santa Catarina



Fonte: InfoPen (2015), gráfico elaborado pela autora

O nível de escolaridade entre a maioria dos presos em Santa Catarina em 2012, era de 51% com Ensino Fundamental Incompleto. Do restante, 15% tinham Ensino Fundamental Completo, 11% possuía Ensino Médio Incompleto, 8% tinham Ensino Médio Completo, 4% eram analfabetos, 1% tinham o Ensino Superior Incompleto, 1% haviam concluído o Ensino Superior e 1% não informaram. Observa-se, portanto, que do total de presos a maioria não havia passado do ensino fundamental. Desse modo, afirma-se que a maioria das pessoas encarceradas no Estado de Santa Catarina, assim como no Brasil é de baixíssima escolaridade.

Figura 3 – Percentual de presos por grau de instrução em Santa Catarina



Fonte: InfoPen (2015), gráfico elaborado pela autora

É possível constatar a partir dos dados apresentados da realidade prisional brasileira e catarinense que o sistema prisional como se apresenta hoje, está fadado a ser apenas um depósito de pessoas, com cor, idade e nível de instrução já determinados. Portanto, Cardoso (2005), considera a situação do sistema prisional brasileiro grave, pois:

[...] o alto índice de encarceramento denota uma política centrada na prisionização¹¹, fazendo uso de uma política criminal baseada na repressão. Sendo que tal política prende os que nem sempre deveriam cumprir penas restritivas de liberdade, pois hoje, acaba-se tendo uma repressão muito maior nos crimes que atentam diretamente à vida das pessoas, tais como roubo, furto e tráfico, que em sua grande maioria são cometidos pelas pessoas que buscam uma melhoria econômica, independente da classe na qual o sujeito está inserido, e isso decorre muitas vezes da ideologia econômica presenciada, ou seja, o status social tão almejado por muitos. Deixando de sentenciar crimes econômicos e ambientais que repercutem gravemente na vida da população e que em escala, causam mais impactos coletivamente e não individualmente.

¹¹ O ser humano ao ser condenado à pena de reclusão, não perde somente o direito de exercer livremente suas ações e passa, então, a incorporar uma série de normas que lhe são impostas, passando a fazer parte de um novo contexto social, levando-o a lidar com diferentes aspectos da vida na prisão.

Sendo que esses crimes não repreendidos severamente, acabam por ocasionar os outros crimes severamente repreendidos pela justiça criminal (p. 27).

Com relação à administração do sistema prisional em Santa Catarina, atualmente ele está subordinado pela Secretaria de Estado Justiça e Cidadania (SJC), onde o Departamento de Administração Prisional (DEAP) é o órgão responsável pela administração penal.

O sistema prisional catarinense é composto atualmente por: 7 (sete) Penitenciárias; 22 (vinte e dois) Presídios, sendo 2 (dois) deles Presídios Femininos; 1 (uma) Central de Triagem de Presos da Capital, 1 (um) Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP), 1 (uma) Casa do Albergado; 1 (uma) Colônia Penal Agrícola e 13 (treze) Unidades Prisionais Avançadas (UPA). (ANEXO 01)

Conforme instituído pela LEP (1984), os regimes para o cumprimento da pena privativa de liberdade devem dividir-se em três categorias básicas: regime fechado, onde o detento permanece isolado do meio social e privado de liberdade de locomoção; semiaberto, onde o detento fica restrito de locomoção, mas é obrigado a trabalhar durante o dia no interior ou fora do estabelecimento, e durante a noite permanece em cela individual ou coletiva; e aberto, onde o detento pode trabalhar durante o dia e voltar para casa à noite, a principal ressalva desse tipo de estabelecimento é que o detento não poderá ficar na rua após as 22 horas e deve comparecer em dias específicos, de acordo com determinação judicial, a Casa do Albergado ou estabelecimento similar. (SANTOS, 2013)

As penitenciárias são órgãos responsáveis pelo cumprimento das penas de reclusão e detenção, por presos do sexo masculino e feminino, em regime fechado e semiaberto, podendo ser de segurança máxima, média e mínima, conforme estabelecido pela LEP (1984). As penitenciárias destinam-se às pessoas que já possuem uma sentença estabelecida pelo judiciário. Todas precisam ter espaços para instalação de fábricas e oficinas que possam ser exploradas por empresas da iniciativa privada. Algumas possuem campos de futebol, ou áreas que sejam destinadas ao lazer. Todos os detentos têm o direito de receber visitas, além da visita íntima¹². (CARDOSO, 2005)

Segundo Pereira (2003), na teoria um preso condenado deveria ser transferido para um estabelecimento destinado para o cumprimento de sua pena de acordo com o regime que ele se encontra, fechado, (penitenciária), semiaberto (colônias agrícolas e indústrias) e aberto (Casa do Albergado), conforme a duração de sua pena, o tipo de crime, periculosidade avaliada, entre

¹² PROJETO DE LEI Nº 1.352, de 1999 Art 1º; §1º - Considera-se "visita íntima" a visitação reservada para manutenção de relações sexuais com parceiro ou parceira estável e "visitação habitual" as demais. Disponível em < <http://www.rolim.com.br/rein.htm> > Acesso em 13/05/2015.

outras características. Contudo, se ele iniciasse o cumprimento de sua pena em uma penitenciária (regime fechado), deveria naturalmente ser transferido para outro estabelecimento do tipo menos restritivo antes de cumpri-la totalmente, deixando assim que ele se acostumassem com uma maior liberdade e, de forma ideal, ganhasse noções úteis antes de retornar à sociedade.

No entanto, por consequência da superlotação carcerária no sistema prisional brasileiro, o que se observa nesses estabelecimentos é uma danosa mistura de presos primários, provisórios e condenados com alta e média periculosidade, contribuindo assim para que a prisão transforme-se num espaço degradante e desumano, que nivela os internos por baixo, levando-os muitas vezes à revolta e ao desespero, realimentando a criminalidade. (CÂMARA, 2007)

A seguir, apresentaremos um breve histórico da realidade da Penitenciária Estadual de Florianópolis.

2.1.2 Breve histórico da Penitenciária Estadual de Florianópolis

A Penitenciária Estadual de Florianópolis é uma Instituição Pública de âmbito Estadual e está diretamente subordinada ao DEAP da SJC. Inicialmente conhecida como Pedra Grande foi criada através da Lei nº 1.547 de 20 de outubro de 1926, que autoriza a criação de um estabelecimento penal no Estado de Santa Catarina, e foi inaugurada em 21 de setembro de 1930. A função dessa Instituição é o cumprimento e execução das penas de reclusão e detenção em regime fechado e semiaberto, imposto por decisão judicial aos indivíduos do sexo masculino maiores de 18 anos. (PEREIRA, 2003).

Ao ser inaugurada, a Penitenciária tinha capacidade para 50 (cinquenta) detentos e era constituída por um bloco administrativo e apenas um pavilhão - dividido em ala norte e sul - conhecido hoje como Casa Velha. Sua primeira ampliação ocorreu no ano de 1940, com a construção de mais um pavilhão com três galerias, conhecido com Parte Interna, que aumentou a capacidade para 210 (duzentos e vinte) detentos. Em 1989, nos fundos da Parte Interna, com capacidade para 50 (cinquenta) detentos, foi construída a Ala Máxima com a finalidade de abrigar os detentos considerados perigosos e os que cometem falta disciplinar grave. (PEREIRA, 2003).

Por consequência da falta de vagas nas unidades prisionais da grande Florianópolis, entre os anos 2000/2001 foi construído o Centro de Observação e Triagem (COT), inicialmente destinado apenas para detentos provisórios, o COT é composto por contêineres com capacidade para 200 (duzentos) detentos. Em 2010, com capacidade para 216 (duzentos e dezesseis)

detentos provisórios, é construída a Central de Triagem da Trindade (CTT). Além disso, anexo a parte interna, existem os alojamentos dos detentos que trabalham na cozinha¹³ e os do semiaberto¹⁴, que podem trabalhar em diferentes locais da instituição. (SANTOS. 2013)

Em decorrência do crescimento progressivo do encarceramento, onde a política criminal é cada vez mais centrada na repressão, hoje em todo o Brasil, as prisões além de estarem com suas estruturas físicas deterioradas, a mão de obra sucateada, estão cada vez mais lotadas, e isso não é diferente na Penitenciária Estadual de Florianópolis, que atualmente abriga aproximadamente 950 (novecentos e cinquenta) detentos. Estes estão divididos nos regimes provisório, fechado e semiaberto, fato que não está de acordo com a LEP (1984), pois está determina que a Penitenciária deve ser responsável pelo cumprimento da pena privativa de liberdade para detentos que estejam em regime fechado e semiaberto e já condenados.

A tabela abaixo demonstra a capacidade e o número de detentos distribuídos na unidade para uma melhor visualização dos dados:

Tabela 1 - Capacidade e número de detentos na Penitenciária Estadual de Florianópolis

Alas	Capacidade	
	Ideal	Atual
Parte Interna	210	392
COT	200	222
Semiaberto	60	56
Cozinha	30	31
Ala Máxima	50	40
CTT	216	218
Total	766	959

Fonte: Dados coletados na Penitenciária de Florianópolis em 30 de setembro de 2015¹⁵.

Para melhor visualização da situação penal dos detentos da Penitenciária de Florianópolis, a tabela abaixo apresenta o número de internos provisórios (que ainda não receberam condenação) e de condenados (que já receberam sua pena):

¹³ O alojamento também é denominado como cozinha com capacidade para 30 detentos.

¹⁴ Dois alojamentos denominados especial 1 e especial 2, com capacidade para 30 detentos cada.

¹⁵ Destacando que devido à grande quantidade de detentos provisórios esses números mudam diariamente.

Tabela 2 - Situação penal dos detentos da Penitenciária de Florianópolis

Alas	Provisórios	Condenados
Parte Interna	83	337
COT	56	166
Semiaberto	0	56
Cozinha	0	31
Ala Máxima	16	24
CTT	206	12
Total	317	626

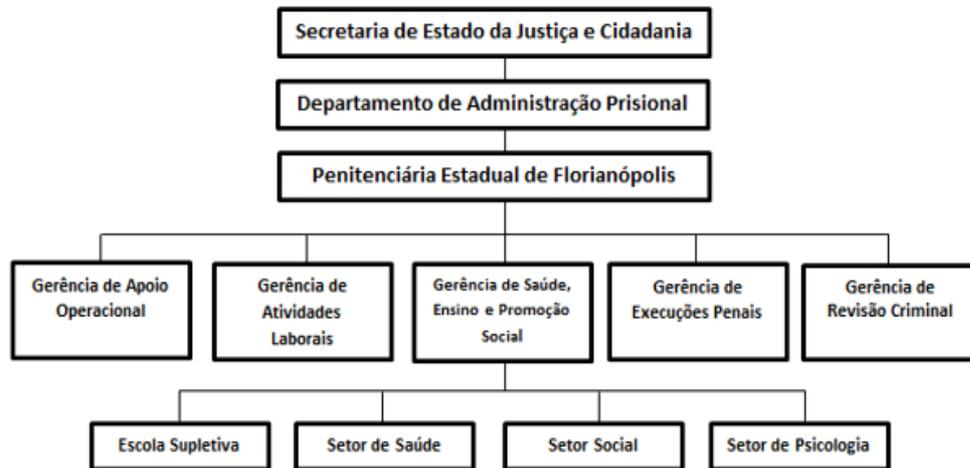
Fonte: Dados coletados na Penitenciária de Florianópolis em 30 de setembro de 2015.

Nota-se, a partir das tabelas acima, que o número de detentos é significativamente maior considerando a realidade ideal da instituição. O número de detentos provisórios é bem expressivo também, o que dificulta o trabalho de alguns setores, devido à grande rotatividade dos detentos, o que não deveria ser uma realidade da Penitenciária. Mesmo porque, as regras de uma Penitenciária são bem mais restritas do que as regras da instituição responsável por presos provisórios, pois, muitos deles talvez nem sejam condenados.

Hoje em dia, a Penitenciária Estadual de Florianópolis não é mais o único estabelecimento penal que existe na região, no mesmo espaço territorial encontra-se o Presídio Masculino, o Presídio Feminino, o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP), a Casa do Albergado e a Companhia de Policiamento e Guarda, este conjunto de instituições é chamado de Complexo Penitenciário de Florianópolis. (SANTOS, 2013)

O quadro organizacional da Penitenciária é composto por um diretor, nomeado pelo governo estadual através de cargo comissionado e cinco gerências, também nomeadas com cargos comissionados, que são: Gerência de Apoio Operacional; Gerência de Atividades Laborais; Gerência de Execuções Penais; Gerência de Revisão Criminal e Gerência de Saúde, Ensino e Promoção Social – a última é composta pelos setores de saúde, escola supletiva, psicologia e serviço social. (SANTOS, 2013)

Figura 4 – Organograma da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania



Fonte: Secretaria do Estado da Justiça e Cidadania, adaptado por (SANTOS, 2013)

É importante ressaltar que o sistema penitenciário é ordenado pela LEP de 1984, e é essa Lei que determina as normas sobre a criação, instalação e funcionamento de patronatos e de conselhos da comunidade, além de estabelecer as diretrizes para o trabalho com o detento. Conforme a LEP dispõe em seu Capítulo II, art. 10 “a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.” Esta Lei divide a assistência em: material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa.

No que se refere a assistência social a LEP (1984) define que:

Art. 22. A assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade. Art. 23. Incumbe ao serviço de assistência social: I - conhecer os resultados dos diagnósticos ou exames; II - relatar, por escrito, ao Diretor do estabelecimento, os problemas e as dificuldades enfrentadas pelo assistido; III - acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias; IV - promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação; V - promover a orientação do assistido, na fase final do cumprimento da pena, e do liberando, de modo a facilitar o seu retorno à liberdade; VI - providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios da Previdência Social e do seguro por acidente no trabalho; VII - orientar e amparar, quando necessário, a família do preso, do internado e da vítima.

Ressalta-se que o financiamento da Penitenciária de Florianópolis é público, administrado pela SJC e recebe apoio do fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina, entretanto, recebe doações da Pastoral Carcerária, e alguns materiais dos familiares dos detentos. (SANTOS, 2013)

Conforme estabelecido pelo Regimento Interno da Penitenciária Estadual de Florianópolis (2011), esta instituição tem por finalidade:

Art. 23. O tratamento penitenciário terá como objetivo efetivar as disposições da sentença ou decisão criminal, tanto quanto prevenir o crime, promover a reintegração do preso e prepará-lo para o retorno à sociedade.

Art. 24. São instrumentos de tratamento penitenciário, entre outros: I - a assistência material, à saúde, jurídica, social, religiosa e educacional; II - o trabalho; III - a disciplina; e IV - a assistência do egresso.

De acordo com informações coletadas na instituição, a partir da vivência de estágio, verifica-se que atualmente na Penitenciária Estadual de Florianópolis vem sendo operacionalizados uma série de serviços de tratamento penitenciário tais como: Trabalho; Educação; Religião; Saúde; Assistência Jurídica e Serviço Social.

O trabalho analisado através do ponto de vista direito do detento dentro do complexo penitenciário, tem como objetivo ser agente de transformação, tendo em vista não somente o aprendizado profissional como também a remição da pena (a cada três dias trabalhados diminui um dia de pena). Entre as atividades desenvolvidas atualmente na instituição estão os serviços gerais de limpeza, manutenção e conservação da instituição e do Centro Integrado de Cultura (CIC); além das oficinas de marcenaria; malharia; confecções de chinelos; de produtos de limpeza; de telas; embalar gelo¹⁶ e serviços de alimentação na cozinha industrial de empresa terceirizada, que utiliza mão-de-obra dos detentos para o preparo das refeições dos funcionários e detentos.

Cabe ressaltar, portanto, que os trabalhos existentes hoje na Penitenciária de Florianópolis não reeducam e nem ressocializam os detentos, são apenas formas de ocupação da ociosidade.

Segundo a Constituição Estadual o sistema penitenciário garantirá à pessoa presa a dignidade e integridade física e moral, trabalho remunerado e produtivo. Mas o que se vivencia é o contrário, o trabalho é meramente reprodutor de capital e exploratório, a remuneração é irrisória, sem primar por um processo criativo, e ainda sem respeitar a preferência e habilidade para o trabalho. [...] Tais trabalhos, em meu ponto de vista, não têm o objetivo de ressocialização e re-inserção, mas quem sabe de ocupação, sem objetivos concretos de capacitá-los para o mercado de trabalho quando saírem da instituição. Pensar o labor desenvolvido na instituição como algo que os ajude a enfrentar sua situação no reingresso a sociedade é reproduzir o que ele já vivenciara fora da instituição. Ou seja, transportar e carregar consigo as expressões da questão social, vivenciadas anteriormente à sua prisão. Mesmo considerando que alguns dos sentenciados têm na atividade laborativa uma

¹⁶ Projeto não está funcionando no momento, aguardando a construção de um novo galpão.

forma de enfrentar a situação vivenciada, o questionamento fica na eficácia destes processos de trabalho como capacitação profissional para possível entrada no mercado de trabalho, posteriormente à sua saída da instituição. (CARDOSO, 2015, p.39)

Portanto, analisando a forma que a categoria trabalho vem sendo desenvolvida no sistema prisional na Penitenciária Estadual de Florianópolis atualmente, podemos perceber que a prisão vem enquadrando o indivíduo na sociedade de forma subalterna. Conforme Foucault (2003, p. 114) “a fábrica, escola, a prisão ou os hospitais têm por objetivo ligar o indivíduo a um processo de produção, de formação ou de correção dos produtores. Trata-se de garantir a produção ou os produtores em função de uma determinada norma”. Por isso a importância de se garantir boas parcerias, e de se realizar projetos mais embasados, para que a partir da realidade do detento possamos pensar em propostas que superem a subalternidade dos apenados.

A educação também é um importante instrumento para a ressocialização do detento, pois através da educação ele pode alcançar melhor qualificação profissional para quando retornar ao meio aberto na sociedade. Conforme supracitado, segundo os índices, observa-se que o nível educacional das pessoas que entram no sistema carcerário é baixo. Hoje na instituição são disponibilizados, através da Escola Supletiva, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação uma unidade descentralizada do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), que atende os níveis de alfabetização, nivelamento, ensino fundamental e médio. Além de, possuir uma biblioteca com mais de 7.000 (sete mil) títulos, os projetos educacionais, ali implementados, também contemplam os recursos como o vestibular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) e Exame Nacional para Certificado de Competência para Jovens e Adultos (ENCCEJA).

É importante destacar, que no momento, a Penitenciária não possui um profissional contratado com formação em biblioteconomia. Desse modo, não há profissional habilitado para realizar o controle do material e disponibilizar os livros aos detentos para leitura e até mesmo avaliar resenhas para constar como remissão de pena. A entrada de material de leitura não é autorizada pela segurança sem que tenha uma pessoa responsável pela biblioteca. Portanto, os sete mil exemplares, conforme citado, estão desornados e não podem ser acessados pelos detentos.

Outro tratamento penitenciário oferecido hoje são os encontros religiosos cujo objetivo é de suprir as necessidades espirituais. São realizados cultos de religiões diversas, porém, o

detento deve restringir sua participação à somente uma delas. Atualmente são oferecidos cultos de sete religiões (adventista, espírita, batista, católica, universal, quadrangular e testemunha de Jeová) uma em cada período distribuídos nos dias da semana;

Reconhecida como um direito universal, a assistência à saúde na Penitenciária possui caráter preventivo e curativo, compreende atendimento médico, odontológico e psicológico. Atualmente na Penitenciária de Florianópolis conta-se com 1 (uma) médica clínica geral¹⁷, 1 (um) enfermeiro; 1 (um) técnico de enfermagem, 1 (um) dentista, 1 (um) auxiliar de odontologia e 1 (uma) psicóloga. Em parceria com a rede municipal de saúde, conta com o apoio do Posto de Saúde da Agrônômica para receber medicações e marcação de consultas especializadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS);

Porém, o que vem sendo observado na Penitenciária hoje é a falta de profissionais na área da saúde, levando em consideração a ampla demanda existente na instituição devido ao grande número de detentos portadores do vírus HIV, tuberculose e hepatite. A falta de medicação mínima é constante, além da ausência de profissionais da segurança para realizarem o deslocamento dos detentos para o setor de saúde, quer dentro ou fora da penitenciária.

Mesmo com a inauguração da Unidade Básica de Saúde (UBS) no dia 17 de abril de 2015, dentro do Complexo Penitenciário, esses problemas não deixaram de fazer parte da realidade dos detentos recolhidos na Penitenciária Estadual de Florianópolis, já que a Prefeitura Municipal desta cidade não aderiu a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP)¹⁸ no âmbito do SUS e com isso não equipou a UBS com medicação e equipe de saúde mínima.

Segundo instituído pela PNAISP, para um estabelecimento que tenha de 501 até 1200 detentos, a equipe mínima deve ser composta de: 1(um) psiquiatra ou médico com experiência em saúde mental; 1 (um) assistente social; 1 (um) cirurgião dentista; 1 (um) enfermeiro; 1 (um) médico clínico geral; 1 (um) psicólogo; 1 (um) técnico de enfermagem/auxiliar de enfermagem; 1 (um) técnico de higiene bucal/auxiliar de saúde bucal; e 1 (um) profissional selecionado dentre as ocupações de assistência social; enfermagem; farmácia; fisioterapia; nutrição; psicologia; ou terapia ocupacional. ¹⁹

¹⁷ No momento da elaboração deste trabalho a única médica estava em licença por 4 meses, portanto o sistema de saúde penitenciário estava sem médico.

¹⁸ Que prevê o valor total R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) como Cofinanciamento Estadual, a ser transferido aos municípios que aderiram PNAISP, no âmbito do Sistema Único de Saúde, na proporção mínima de 20% do valor repassado pelo Fundo Nacional de Saúde.

¹⁹ Portaria nº 482, de 1º de abril de 2014. Disponível em <http://bvsmis.saude.gov.br/saudelegis/gm2014/prt0482_01_04_2014.htm> Acesso em 09/05/2015.

A Assistência Jurídica é um direito garantido para os detentos, para aqueles que não possuem recursos financeiros de constituir advogado. Atualmente, o Estado disponibiliza a defensoria pública. Para a revisão criminal, verificação de incidentes disciplinares e atestados de hipossuficiência há advogado na gerência de revisão criminal para atendimento na própria Penitenciária.

Pela experiência adquirida no estágio, sabe-se que a Defensoria Pública da União (DPU) disponibiliza apenas um defensor público para atender todas as unidades prisionais do Município de Florianópolis. Levando em consideração que grande parte da população carcerária não tem condições financeiras de pagar um advogado, nota-se que o atendimento dos detentos torna-se extremamente moroso o que pode também ocasionar discrepâncias sobre o tempo de cumprimento penal estipulado a cada detento.

O Serviço Social na Penitenciária de Florianópolis é responsável pelo atendimento dos detentos e seus familiares, tem a função de solucionar problemas de solicitação dos próprios presos como higiene, medicamentos e contatos familiares. Além disso, o Serviço Social atua na busca de ampliação dos direitos de cidadania tendo como estratégias: esclarecer dúvidas, auxiliar no acesso à benefícios previdenciários (perícias e auxílio-reclusão) e bancários (saques, depósitos, Programa de Integração Social - PIS, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e seguro desemprego); viabilização de visitas, tanto familiares quanto conjugais (cadastro de visitante e confecção de carteirinhas); informar sobre normas, direitos e deveres; atender individualmente o reeducando quando solicitado, com escuta qualificada; orientar as companheiras para o encontro íntimo; encaminhar e viabilizar atendimento hospitalar, odontológico e médico especializado; mediar conflitos e trabalhar o relacionamento familiar; conhecer os resultados dos diagnósticos e exames; relatar os problemas e dificuldades enfrentadas pelos usuários em requerimentos de interesse da população carcerária; providenciar documentos pessoais de identificação; encaminhar providências em casos de falecimento, tanto do reeducando, quanto de familiares de 1º grau; contatos pessoais e telefônicos com familiares para a orientação e esclarecimentos; solicitar escolta quando o detento necessitar sair da instituição; encaminhar os detentos aos cartórios para registro de nascimento e reconhecimento de paternidade de filhos, além de casamentos e procurações; traçar alternativas junto aos usuários quanto aos problemas sociais evidenciados.

Observa-se, portanto, que a demanda do Serviço Social é extremamente ampla e considerando que existe apenas uma assistente social para suprir todos os atendimentos já

mencionados, é notória a incapacidade de tal profissional de dar conta de tamanha demanda. Consequentemente, ficando o trabalho desse profissional limitado e restrito a atendimentos imediatos, e a trabalhos burocratizados. Além disso, podemos destacar a precarização do trabalho da Assistente Social na instituição, devido a sobrecarga de trabalho que recai sobre este(a) profissional.

Tratando-se de parcerias público/privado, no que se refere a trabalho e educação a instituição conta com o convênio de empresas privadas para o desenvolvimento das oficinas de trabalho realizando parcerias com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) para cursos de qualificação profissional, além da parceria com a Secretaria de Educação que disponibiliza a equipe de professores. Nos anos de 2014 e 2015 foram oferecidos 4 (quatro) cursos profissionalizantes que foram de: confeitiro; instalador de refrigeração e climatização; operador de computador e eletricista instalador predial de baixa tensão.

Com relação a saúde a instituição recebe o apoio do serviço municipal de saúde para encaminhamentos viabilizados pelo SUS.

No que tange a cidadania conta com o apoio do Instituto Geral de Perícias (IGP) para a confecção de identidade. E no que diz respeito as diferentes necessidades tem parceria com a Pastoral Carcerária que auxilia com a doação de vestuário, medicamentos e passagens rodoviárias.

Diante desta contextualização da realidade institucional e da política carcerária, no próximo capítulo discutiremos sobre a atuação do Serviço Social na Penitenciária Estadual de Florianópolis.

3 A INSTRUMENTALIDADE E O SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FLORIANÓPOLIS

Este capítulo irá discutir sobre a instrumentalidade do Serviço Social, trazendo apontamentos quanto à finalidade dos instrumentos e técnicas utilizados pela profissão. Debaterá sobre a atuação do Serviço Social na Penitenciária Estadual de Florianópolis e sobre os instrumentos utilizados pelo Assistente Social neste espaço institucional, bem como sobre a importância do trabalho deste profissional na Penitenciária.

Compreende-se por instrumentalidade no exercício profissional do Assistente Social não apenas um simples conjunto de instrumentos e técnicas, mas como uma competência indispensável da profissão, que é construída e reconstruída no processo sócio histórico que esta adquire no interior das relações sociais, no confronto entre as condições objetivas e subjetivas do fazer profissional. Ou seja, a instrumentalidade é entendida “como uma propriedade sócio histórica da profissão, por possibilitar o atendimento das demandas e o alcance de objetivos (profissionais e sociais) constitui-se numa condição concreta de reconhecimento social da profissão.” (GUERRA, 2000. p.1)

De acordo com Guerra (2000), o processo de trabalho é entendido como a capacidade do ser social transformar a realidade, modificando e adaptando os meios e as condições sob as quais o trabalho se realiza. É o conjunto de atividades prático-reflexivas voltados para o alcance de finalidades. Nesse sentido a autora afirma que:

[...] a instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. [...] É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano. [...] Na medida em que os profissionais utilizam, criam, adequam às condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações são portadoras de instrumentalidade. Deste modo, a instrumentalidade é tanto condição necessária de todo trabalho social quanto categoria constitutiva, um modo de ser, de todo trabalho. (GUERRA, 2000. p. 2)

Os instrumentos utilizados pelo Serviço Social devem ser idealizados como subsídios dinâmicos, e precisam ser criados em conformidade com as finalidades da ação profissional, colaborando com a passagem da finalidade da ação profissional ideal (teoria) à finalidade real (prática). Assim, observa-se que o instrumento é sempre norteado por um conhecimento, uma teoria social. (SANTOS e NORONHA, 2010)

O Serviço Social hoje é norteado predominantemente pela teoria crítica que analisa a realidade social em sua totalidade, considerando o processo sócio histórico dos sujeitos, além de suas determinações sociais, econômicas, políticas e culturais. A teoria crítica não analisa a realidade de forma estanque e fragmentada, sem considerar que os sujeitos sociais estão inseridos em um contexto social, como faz algumas teorias imediatistas.

Mas nem sempre foi assim, o Serviço Social quando foi fundado em 1930, teve sua base de legitimidade na esfera religiosa, sua atuação era voltada para a filantropia e tinha um cunho moralizador, tentando enquadrar o indivíduo à ordem. Nessa época a profissão era requisitada pelos setores dominantes da sociedade (Estado e empresariado) de modo a promover o controle e a reprodução das classes subalternas, isso ocorreu em um momento histórico em que os conflitos entre as classes sociais se intensificam, causando vários problemas sociais que colocam a ordem capitalista em uma posição desfavorável. (SOUSA, 2008)

Por esse motivo, o Serviço Social passa a ser solicitado para intervir de forma contínua e sistemática nas implicações da questão social, atuando principalmente nas políticas sociais de forma direta no cotidiano do indivíduo, porém ainda como um mero executor dessas políticas, a concepção e o planejamento das políticas sociais ficava sob responsabilidade de outras categorias profissionais e dos agentes governamentais. Permanecendo assim, a costumeira separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. (SOUSA, 2008)

A partir de década de 1960, o Serviço Social passa por um processo de expansão de mercado, com novas inserções nas instituições solicitando novas atribuições principalmente com ações de gestão e planejamento de políticas sociais. Com isso cresce a necessidade da teorização do serviço social para dar sustentação as novas práticas profissionais exigidas na época. Nesse período, ocorre um significativo desenvolvimento em termos de instrumentos e técnicas utilizados pela profissão. Este processo que se distendeu até a década de 1970, foi resultado do contexto histórico-político que o país atravessava nessa ocasião, provocando mudanças essenciais no discurso, formas de intervenção e no projeto profissional da categoria. (BOUÇAS, 2011)

O Brasil nesse período enfrentava um período de transição de modelo econômico, a atividade de agro exportação deixava de ser prioridade no mercado e a industrialização impulsionava as populações para as cidades. Essas transformações societárias aliadas a um o período de grande repressão da ditadura militar contribuíram para o agravamento das desigualdades sociais e com isso das expressões da questão social. Diante desse movimento histórico o Serviço Social se aproxima de novas concepções teóricas, metodológicas e técnicas,

se apoiando em teorias marxistas. Essa crise do paradigma tradicional na profissão foi o primeiro passo para romper com o Serviço Social Tradicional. (BOUÇAS, 2011)

Teóricos como IAMAMOTO (1995), NETTO (2005) e SILVA E SILVA (2009), chamam esse movimento de ruptura do Serviço Social tradicional de Movimento de Reconceituação da profissão, o Serviço Social crítico é, portanto, resultado do acúmulo teórico e técnico operativo obtido a partir desse Movimento, considerado um marco para profissão e o trabalho do Assistente Social. A partir da década de 1980, evidencia-se o compromisso com a qualificação acadêmica e o diálogo com as ciências sociais, além do forte investimento em pesquisas, nesse período “às novas concepções teóricas e ético-políticas articuladas com o novo entendimento sobre o arsenal técnico-operativo potencialmente conduziram a profissão à nova perspectiva de trabalho e uma nova leitura da realidade social”. (BOUÇAS, 2011 p.29)

Essa nova compreensão da realidade social passa a não ser mais fundamental para a conservação e manutenção da ordem societária, pelo contrário, procura compreender as contradições originárias do processo produtivo capitalista, com suas contradições e antagonismo de classes, onde as instâncias do Estado e do Mercado são os representantes da classe dominante neste processo. O Serviço Social assume a partir de então, um compromisso ético e político com as classes trabalhadoras, defendendo seus direitos e buscando a efetivação da justiça social.

A atuação profissional do Assistente Social atualmente se baseia na defesa de direitos da classe trabalhadora partido do entendimento da totalidade social em suas complexificações e visa uma atuação que busque a transformação social. Porém não uma transformação somente pela a atuação profissional focalizada de forma endógena, e sim por um processo de valorização dos sujeitos e suas capacidades humanas. (BOUÇAS, 2011. p.29)

Neste sentido, concorda-se com Sousa (2008) que toda ação humana está condicionada ao momento histórico em que ela é desenvolvida, por isso a realidade social deve ser analisada como algo complexo, heterogêneo e os fatores da intervenção profissional de qualquer categoria dependem de fatores externos. Desse modo, é necessário que o (a) Assistente Social tenha clareza dos objetivos profissionais, para localizar os instrumentos de trabalho em sua prática.

Se são os objetivos profissionais (construídos a partir de uma reflexão teórica, ética e política e um método de investigação) que definem os instrumentos e técnicas de intervenção (as metodologias de ação), conclui-se que essas metodologias não estão prontas e acabadas. Elas são necessárias em qualquer processo racional de intervenção, mas elas são construídas a partir das finalidades estabelecidas no planejamento da ação realizado pelo Assistente Social. Primeiro, ele define “para quê fazer”, para depois se definir “como

fazer”. Mais uma vez, podemos aqui identificar a estreita relação entre as competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. (SOUSA, 2008. p. 124)

Isto evidencia que toda ação profissional não é neutra, sendo assim, a escolha dos instrumentos utilizados para efetivar uma finalidade da ação profissional não pode ser de forma alguma neutra. Além de se preocupar com a escolha é importante que o profissional fique atento quanto aos limites políticos e institucionais. Afirma-se, portanto, que “a escolha do instrumento cumpre, além de uma função técnica e operacional, uma função política e ideológica”, que podem estar articuladas com uma prática social que contribui para uma transformação social, ou para a manutenção da ordem societária. (SANTOS e NORONHA, 2010. p. 49)

Ressalta-se que o conhecimento das técnicas é de relevante importância na aplicação dos instrumentos, mas, por si só, não garante uma competência profissional. Por este motivo nos dias atuais, na profissão do Serviço Social se faz a defesa dos seus princípios éticos que são:

I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CEFSS, 1993. p.23)

Nesta direção, é salutar que a profissão consiga através de seus profissionais articular as três dimensões que são: teórico-metodológicas, ético-políticas, técnico-operativas a fim de responder as demandas sociais, não apenas como agentes executivos, mas sim propositivos sempre disposto a lutar pela melhoria e ampliação das políticas sociais, conforme destaca Iamamoto (2000):

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (p. 19)

A seguir discutiremos sobre os desafios do trabalho do Serviço Social na Penitenciária Estadual de Florianópolis.

3.1 O Serviço Social na Penitenciária

Neste item faremos uma breve contextualização do Serviço Social na Penitenciária Estadual de Florianópolis, para dessa forma, entendermos a importância do trabalho dos Assistentes Sociais nesta instituição, bem como observar os desafios enfrentados pelos mesmos nesse espaço, para sob essas análises propormos respostas às demandas existentes.

O Serviço Social na Penitenciária Estadual de Florianópolis teve início no ano de 1970, e contava somente com uma Assistente Social – escolhida por cargo comissionado – e duas estagiárias, que atendiam uma população, de em média, 400 (quatrocentos) detentos (PEREIRA, 2003). Atualmente o setor conta com uma Assistente Social, contratada através de concurso público, (o primeiro e único concurso público para o cargo de Assistente Social e Psicóloga foi no ano de 2006) e três estagiárias, que atendem aproximadamente 950 (novecentos e cinquenta) detentos.

O Setor Social conta ainda com outros 7 (sete) funcionários em funções administrativas, sendo: 2 (duas) pessoas responsáveis pelo cadastro de novos visitantes; 1 (um) responsável para confecção de carteirinhas dos visitantes e inserção de dados no Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP); 1 (um) para o arquivamento dos prontuários e documentos dos detentos e cadastro de seus familiares; 1 (um) para o agendamento da visita conjugal; 1 (um) para intermediar o contato com as Unidades Básicas de Saúde, buscar medicamentos, marcação de consultas e exames; e 2 (dois) para o acompanhamento nas escoltas de saúde e social.

Observa-se com isso, um aumento expressivo, nesses últimos quarenta anos, da demanda atendida pelo Serviço Social neste espaço institucional. Esse aumento pode ser visto como resultado do momento histórico vivido nos últimos tempos, em que se analisarmos o contexto histórico mundial verificamos crises cíclicas do capital, que tem início a partir dos anos de 1970, momento em que a economia mundial apresenta sinais de estagnação, com altos índices de inflação. É a partir desses tempos de crise que o capital vai buscar estratégias para sua manutenção, conforme Iamamoto (2000):

A indústria, os serviços bancários, a maior parte das atividades econômicas de ponta vêm alterando suas formas de organizar a produção (no sentido *lato*) o que alguns qualificam de *acumulação flexível*, ou do *modelo japonês ou toyotismo* enfeixadas no mote *da flexibilização*. Busca-se uma *flexibilidade no processo de trabalho*, em contrapartida à rigidez da linha de produção, da produção em massa e em série; *uma flexibilidade do mercado de trabalho*, que vem acompanhada da desregulamentação dos direitos do trabalho, de estratégias de informalização da contratação dos trabalhadores; *uma flexibilidade dos produtos*, pois as firmas hoje não produzem necessariamente em série, mas buscam atender as particularidades das demandas dos mercados consumidores e uma *flexibilidade dos padrões de consumo*. Esse processo, impulsionado pela tecnologia de base microeletrônica, pela informática e pela robótica, passa a requerer novas formas de estruturação dos serviços financeiros, inovações comerciais, o que vem gerando e aprofundando uma enorme desigualdade do desenvolvimento entre as regiões, setores etc., além de modificar substancialmente as noções de espaço e tempo. (p. 31)

Portando, é no contexto da globalização mundial sobre a supremacia do grande capital financeiro, que surgem novos padrões de produzir e de gerir o trabalho, observar-se com isso um aumento na taxa de desemprego e do subemprego, com a terceirização e a precarização do trabalho. Esse processo articulado ao advento da pós-modernidade, com o fortalecimento do neoliberalismo, onde verifica-se uma política pública voltada cada vez mais para a culpabilização do indivíduo, e onde o papel do Estado²⁰ se torna cada vez menos interventivo quanto aos programas sociais, contribuiu para o aumento crescente da população encarcerada nesses últimos anos em nossa sociedade. Por outro lado, uma política voltada cada vez mais para a repressão e violência parece ganhar força.

[...] Ao mesmo tempo, reduz-se a demanda de trabalho, amplia-se a população sobrando para as necessidades médias do próprio capital, fazendo crescer a exclusão social, econômica, política, cultural de homens, jovens, crianças, mulheres das classes subalternas, hoje alvo da violência institucionalizada.

²⁰ Evidencia-se neste período o fortalecimento das Organizações não Governamentais (ONG's) e o aumento das privatizações por parte do Estado. Como resultado observamos que as políticas públicas a partir desta visão neoliberal vão ficando cada vez mais focalizadas e excludentes.

Exclusão social esta que se torna, contraditoriamente, o produto do desenvolvimento do trabalho coletivo. Em outros termos, a pauperização e a exclusão são a outra face do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, dos meios de comunicação, da produção e do mercado globalizado. Estes novos tempos reafirmam, pois, que a acumulação de capital não é parceira da equidade, não rima com igualdade. Verifica-se o agravamento das múltiplas expressões da questão social, base sócio-histórica da requisição social da profissão. [...] (IAMAMOTO, 2000. p.18)

Além disso, destaca-se o fato de existir um número expressivo de presos provisórios na Penitenciária Estadual de Florianópolis, o que dificulta a efetivação o trabalho do (a) Assistente Social, pois a grande rotatividade de presos prejudica a continuação das ações desse profissional.

Os sujeitos demandantes da ação do Serviço Social nessa instituição são os detentos e suas famílias. De acordo com Santos (2013), é de competência do profissional de Serviço Social no sistema prisional, atender e orientar os detentos e seus familiares buscando sempre a garantia de seus direitos.

Conforme a Instrução Normativa instituída pelo decreto nº 001/2010/DEAP é de responsabilidade do Serviço Social na Penitenciária:

- I – planejar, programar, executar, controlar e avaliar os serviços de assistência aos reeducandos;
- II – executar atividades técnicas relativas à Comissão Técnica de Classificação Criminológica-CTC;
- III- prestar orientação e encaminhamento à família e pessoas amigas do reeducando relativo as visitas, encontros íntimos, relações de trabalho e recursos da comunidade;
- IV – providenciar a obtenção dos documentos básicos junto aos órgãos de origem e desenvolver levantamento propondo a confecção dos mesmos (INSS, cartórios, delegacias, fóruns, etc.);
- V – programar, controlar e avaliar a assistência religiosa na Instituição;
- VI – programar atividades individuais e grupais para atender a curto e longo prazo as necessidades do reeducando, especialmente aquelas ligadas à adaptação a unidade prisional, à família e a extramuros;
- VII – planejar, executar e avaliar programas educativos com relação às doenças infectocontagiosas, buscando o controle dos casos diagnosticados, orientando a população afeta do problema.

O Regimento Interno dos Estabelecimentos Penais de Santa Catarina (2011), em seu artigo 27, acrescenta como atribuições que competem ao Assistente Social:

- I - conhecer, diagnosticar e traçar alternativas, juntamente com a população presa e os egressos, quanto aos problemas sociais evidenciados;

- II - conhecer os resultados dos diagnósticos e exames;
- III - providenciar, na realização de curso de alfabetização, ensino profissional e outros;
- IV - relatar, por escrito, ao gestor do estabelecimento penal os problemas e as dificuldades enfrentadas pelo assistido e seus familiares;
- V - elaborar relatórios e emitir pareceres se for o caso, em requerimentos e processos de interesse da população carcerária;
- VI - acompanhar o desenvolvimento das saídas para visitas a familiares e para o trabalho externo;
- VII - promover a recreação e a cultura no estabelecimento penal pelos meios disponíveis;
- VIII - promover a orientação do assistido na fase final do cumprimento da pena e do liberando, de modo a facilitar o seu retorno à liberdade;
- IX - providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios da Previdência Social e do seguro por acidente de trabalho;
- X - coordenar e supervisionar as atividades dos agentes religiosos voluntários e dos estagiários do Serviço de Assistência Social;
- XI - integrar os conselhos religiosos; e
- XII - orientar e amparar, quando necessário, a família do preso, do internado e da vítima.

A atuação do Serviço Social na Penitenciária, tem como principal objetivo propiciar atendimentos direto (através de atendimento pessoal e individual) ou indireto (através de repostas de memorandos), além de proporcionar espaços de socialização e possibilidades de convívio social aos internos do sistema prisional, sempre pautadas em posturas éticas e comprometidas com o desenvolvimento da cidadania como direito de todos.

Para isso a atuação do Assistente Social nesse espaço desenvolve-se através da capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho capazes de preservar e efetivar direitos a partir da demanda apresentada, que nesse caso são demandas diversificadas que abrangem tanto questões ligadas à esfera de valores, comportamentos, cultivo de vínculos familiares, dentre tantos outros. Neste sentido:

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc. Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. (IAMAMOTO, 2000, p. 27)

Devido à grande quantidade de detentos na instituição e pelo fato de existir apenas uma Assistente Social para atender todos os detentos, em alguns casos há a necessidade de que estes

informem através de memorando quais as suas demandas, para que assim possam ter uma resposta mais “rápida” à solicitação, pois o atendimento individual se dá de forma reduzida, em virtude de depender de regras do Setor de Segurança.

Nesse sentido, uma das principais atividades desenvolvidas pela Assistente Social e suas estagiárias é a leitura e respostas dos memorandos encaminhados pelos detentos ao Setor Social, sendo este o meio mais utilizado para a comunicação dos mesmos com os setores da Penitenciária. Cada detento tem direito a enviar um memorando por mês ao Setor Social, o que muitas vezes não ocorre, observamos que o Setor de Segurança não tem um controle efetivo de quem enviou ou não memorando no mês, pois nota-se que sempre chegam ao setor memorandos das mesmas pessoas, conclui-se assim que alguns detentos podem ficar sem atendimento.

O Setor Social recebe em média cerca de 500 (quinhentos) memorandos por mês. Após a leitura e encaminhamentos realizados, enviamos uma resposta ao detento por escrito através de um Comunicado Interno (CI), todos os encaminhamentos e contatos efetuados são anotados no prontuário social de cada detento e ficam armazenados no arquivo do setor social, para eventuais consultas e registros da Assistente Social e estagiárias.

A leitura e respostas aos memorandos são, portanto, um dos principais instrumentos de trabalho, indiretos ou “por escrito” utilizado pelo Assistente Social na Penitenciária Estadual de Florianópolis. Conforme afirma Sousa (2008), os instrumentos de trabalho por escrito são de fundamental importância na prática dos (as) Assistentes Sociais, pois é através dele que:

[...] se torna possível ao Assistente Social *sistematizar a prática*. Todo processo de registro e avaliação de qualquer ação é um conhecimento prático que se produz, e que não se perde, garantindo visibilidade e importância à atividade desenvolvida. E mais: sistematizar a prática e arquivá-la, é dar uma história ao Serviço Social, uma história ao(s) usuário(s) atendido(s), uma história da inserção profissional do Assistente Social dentro da instituição – é essencial para qualquer proposta de construção de um conhecimento sobre a realidade social. (p. 129)

Nos memorandos as solicitações são as mais variadas, dentre elas: envio de material de higiene e material para escreverem cartas aos familiares; telefonemas para famílias; informações sobre o auxílio-reclusão; esclarecer dúvidas sobre registro de filhos; atender pedidos para confecção de RG; solicitação para trabalhar, estudar, ou de leitura; pedidos de vale-postal; solicitação de atendimento de saúde, ou odontológico; entre outros.

Os materiais de higiene e para o envio de cartas são as solicitações mais frequentes dos detentos, no entanto a unidade não disponibiliza materiais suficientes para atender a todos os detentos, tendo que recorrer em muitos casos, aos familiares. Desse modo, cabe ressaltar a

ausência do papel do Estado de prover condições básicas de higiene para o detento que está sob sua tutela.

As tentativas de contatos telefônicos com os familiares dos detentos são efetuadas diariamente, porém nem sempre se obtém êxito, devido os números informados pelos detentos estarem incorretos ou os familiares não atenderem.

São realizados diariamente o atendimento das famílias ao telefone e no balcão do Setor Social, esclarecendo suas questões como, por exemplo: dúvidas sobre o cadastro para visitas (documentos necessários, e quem pode ou não visitar); registro dos filhos e procurações em cartórios; orientação para a visita íntima; esclarecimentos sobre marcação de consultas médicas particulares; dúvidas sobre o prazo da Medida Disciplinar (MD)²¹; repassar recados da família ao detento; entre outras.

Esses atendimentos também são vistos como de fundamental importância para o trabalho do Serviço Social na Penitenciária de Florianópolis, pois através destas informações as famílias dos detentos (que muitas vezes já tentaram obter informações com outros setores da instituição, sem sucesso) conseguem dar os encaminhamentos necessários para suas demandas, além de obterem informações referentes aos direitos dos detentos e das próprias famílias.

Também são esclarecidas dúvidas aos detentos e suas famílias referente ao auxílio reclusão, que é um benefício concedido pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) aos dependentes do indivíduo segurado e recolhido à prisão, durante o período em que estiver preso sob regime fechado ou semiaberto. Orienta-se sobre os documentos necessários que são: declaração de apenado, que a família deve retirar no setor penal da instituição e a comprovação de que o detento trabalhava antes de ser preso com carteira assinada ou como contribuinte individual. Além de ser informados os requisitos necessários para ter acesso junto à uma agência do INSS. O Serviço Social da instituição procura sempre estar atualizado sobre as informações e sempre passar as informações corretas para os detentos e suas famílias, pois é através desses esclarecimentos que eles poderão ter acesso as regras da instituição, além de se informar quanto aos seus direitos.

Outra demanda bem requisitada ao Setor Social é a confecção do documento de identidade, que se dá através da solicitação do detento ou de seu familiar. O procedimento inicial é verificar em qual cidade o detento nasceu, localizar os cartórios existentes no município

²¹ Medida Disciplinar é castigo que os detentos recebem se não seguirem as regras da instituição, estabelecidas pelo Setor de Segurança, durante o período que o detento estiver de Medida Disciplinar (prazo determinado pelo chefe de segurança da instituição) ele não pode receber visitas da família; itens de alimentação da família e não pode sair para o pátio (banho de sol).

para efetuar ligações para saber em qual foi registrado e encaminhar ofício para formalizar a solicitação, através do serviço de Correio; após o recebimento da Certidão de Nascimento pelo Setor Social é providenciada fotos 3x4, estas são tiradas por um funcionário do Setor de Identificação da Penitenciária, e enviadas para a revelação, sendo o valor pago pelo Fundo Penitenciário. E finalmente são encaminhados a Certidão de Nascimento e as fotos ao Instituto Geral de Perícias (IGP) que disponibiliza um funcionário para vir até a Penitenciária coletar as digitais para então confeccionar os Registros Gerais (RG).

Todo esse procedimento pode ser moroso em virtude da dependência de um funcionário do IGP vir até a Penitenciária, muitas vezes nesse processo o detento é transferido de unidade e acaba não sendo concluído. Essa morosidade e não efetivação da conclusão da identidade é um grande problema, pois através desse documento o detento poderia ter sua cidadania garantida e seria muito mais fácil para ele conseguir um trabalho ou se profissionalizar depois de sair da Penitenciária.

Os atendimentos individuais aos detentos, são realizados em uma sala individual (cada ala tem uma sala específica para atendimento da Assistente Social e Psicóloga), garantindo sigilo profissional. Existem algumas dificuldades para realizar o atendimento individual, como por exemplo, à falta de profissionais e algumas exigências requisitadas pelas regras da Segurança. Mesmo assim os atendimentos individuais aos detentos da parte interna são realizados semanalmente, quando solicitado pelo detento através de memorando²². Já as outras alas, como a demanda é um pouco menor, os atendimentos individuais são realizados quando atingem um mínimo de solicitações, e são realizados em média quinzenalmente.

As principais solicitações dos atendimentos pessoais são geralmente as mesmas dos memorandos. Nesses atendimentos é importante que o (a) profissional de Serviço Social realize uma escuta qualificada para que se possa compreender a demanda do usuário e dessa forma orientá-los da melhor forma possível sobre seus direitos, em virtude desses usuários serem privados de liberdade e de informação. Assim, é necessário que na realização dos atendimentos individuais o (a) Assistente Social da Penitenciária Estadual de Florianópolis, não apenas observe o detento no sentido de simplesmente olhá-lo, mas realize uma observação participante no contato com essas pessoas. Nesse sentido Sousa (2008), afirma que:

[...] o Assistente Social, ao estabelecer uma interação face a face, estabelece uma relação social com outro(s) ser(es) humano(s), que possui(em)

²² Em cada atendimento realizado com os detentos da parte interna, são atendidos cerca de dez detentos, portando, são realizados em média quarenta atendimentos individual por mês nesta ala.

expectativas quanto às intervenções que serão realizadas pelo profissional. Assim, além de observador, o profissional também é observado. E ainda: na medida em que o Assistente Social realiza intervenções, ele participa diretamente do processo de conhecimento acerca da realidade que está sendo investigada. Por isso, não se trata de uma observação fria, ou como querem alguns, “neutra”, em que o profissional pensa estar em uma posição de não-envolvimento com a situação. Por isso, trata-se de uma observação participante – o profissional, além de observar, interage com o outro, e participa ativamente do processo de observação. (p. 126)

É importante também que o profissional respeite o sigilo profissional garantido pelo código de ética, com a devida atenção e responsabilidade no retorno das respostas solicitadas.

Nota-se, portanto, um acúmulo de responsabilidades para o Setor Social que conta com poucas profissionais, isso resulta na não efetivação de algumas ações pelo (a) Assistente Social que em muitos casos devido à insuficiência de recursos materiais e humanos não consegue dar continuidade a seus encaminhamentos e pensar em programas e projetos que atendam de forma concreta os detentos da instituição.

Vale ressaltar, o trabalho extremamente burocrático que o serviço social desenvolve na instituição, como marcação de escolta para levar os detentos a cartório e atendimento médico, o que acaba atrapalhando a efetivação da aplicação dos instrumentos e técnicas de trabalho do (a) Assistente Social. Desse modo, conforme Santos (2013 p. 56), na Penitenciária de Florianópolis “O assistente social enfrenta no seu cotidiano, uma gama de demandas, além claro, do trabalho burocrático demasiado, dificultando assim a possibilidade de ações de pesquisa e implementação de projetos sociais específicos.”

Além disso, verifica-se a necessidade de uma rede de atendimento ao egresso para encaminhar ao trabalho com parcerias do Estado, como por exemplo, programas municipais de incentivos às empresas que empreguem esses egressos. Pois o que se verifica na atualidade é um alto índice de reincidência dos detentos por falta dessas parcerias. Nessa perspectiva Pereira, (2003) sugere que:

A Penitenciária Estadual de Florianópolis poderia juntamente com a Vara de Execuções Penais, desenvolver projetos desse porte, além de organizar cooperativas de trabalho para os egressos, pois se houvesse a possibilidade de garantir ao sentenciado, logo que saísse da prisão, um emprego digno para poder sustentar sua família, certamente teríamos uma diminuição do alto índice de reincidência criminal que assola as instituições penais hoje no Brasil. (p. 74)

Na sociedade contemporânea a questão do tratamento penal sempre foi deixada em segundo plano, desse modo, os estabelecimentos prisionais nunca exerceram seu papel de

reeducador. Em momentos de supervisão de estágio na Penitenciária a Assistente Social destaca, a ausência e investimentos nessa área faz com que os espaços e também o número de profissionais qualificados necessários ao funcionamento dos estabelecimentos penais ficassem estagnados. Essa falta de recursos e o descaso do poder público em relação ao sistema prisional também agravam a falta de fornecimento regular de itens necessários aos detentos e as reformas e manutenções na infraestrutura da instituição. O que evidencia perdas na qualidade dos serviços prestados, contribuindo para o não atendimento dos direitos dos detentos e na precária condição de vida dos mesmos na instituição, além de contribuir também para o aumento da violência dentro da instituição.

Conforme Pereira 2003, p. 68:

[...] com a ausência de auxílio material de seus familiares, muitos sentenciados são forçados a conseguir seus próprios colchões, suas roupas de cama, suas vestimentas e produtos para sua higiene pessoal. A luta por espaço e a falta de provisão de produtos necessários a higiene dos sentenciados por parte do Estado, faz com que se intensifique a exploração dos sentenciados por eles mesmos. Assim, um sentenciado sem dinheiro e sem apoio familiar, acaba se tornando vítima de outros sentenciados.

Portanto, cabe ressaltar a importância do profissional de Serviço Social nesse contexto, com o objetivo de manter os vínculos familiares são realizados contatos telefônicos com as famílias diariamente, pois sem o suporte familiar a situação das instituições prisionais estaria bem pior.

No entanto, é importante lembrar que esse processo acaba contribuindo para a responsabilização das famílias dos detentos, que em sua maioria são de pessoas de classes subalternas. Referente essa discussão Míoto (2012) afirma que:

A responsabilização das famílias tem sido realizada, essencialmente, através de um nebuloso campo de identificações e negociações que podemos denominar de “campo do cuidado”. É justamente nesse campo que ocorre, no cotidiano dos serviços, os deslizamentos em torno das atribuições de responsabilidades na provisão de bem-estar. Sob a égide do cuidado articulam-se diferentes estratégias de imposição ou transferência dos custos do cuidado para as famílias. Tais custos situam-se tanto no arco dos custos financeiros, quanto emocionais e de trabalho. [...] Essa relação se torna ainda mais candente, quando se traz à baile a questão da desigualdade social. Ou seja, as famílias não se encontram nas mesmas condições materiais e culturais, e com isso as possibilidades de usufruírem dos serviços também se tornam desiguais; [...] (p. 129)

Durante o processo de estágio verificou-se ainda, a precariedade na saúde do sistema prisional de Florianópolis, pois se constata a recorrente falta de medicamentos e a falta de contratação de médicos, tanto clínicos gerais quanto especialistas, portanto o que se identifica é um total descaso do Estado nesse sentido. E por ser uma instituição bem localizada (centro da Capital e próxima aos Hospitais) a maioria dos detentos doentes são trazidos para esta unidade, sobrecarregando o trabalho dos poucos técnicos existentes.

Desse modo, conforme Pereira (2003), nota-se que o que causaria maior tranquilidade entre os detentos seria a existência de um tratamento digno, que considere os seus direitos enquanto cidadãos e a possibilidade de condições higiênicas e de saúde básicas para seu ideal tratamento penal.

Observa-se ainda, que a maioria dos funcionários não entende muito a atuação do Serviço Social na instituição e por vezes menospreza e desqualifica a intenção das ações do setor, então se verifica a necessidade de capacitar os funcionários em temas ligados aos direitos humanos e de cidadania, proporcionando um melhor entendimento da importância do Serviço Social no sistema prisional. Portanto, sobre o trabalho do Serviço Social na Penitenciária de Florianópolis é possível afirmar que:

[...] o trabalho no sistema prisional não é algo fácil, seja ele relacionado ao contato com os agentes penitenciários, que tem uma visão diferente sobre os direitos dos detentos e até mesmo com os próprios detentos, no sentido de ter que ficar atento a todas as suas expressões, não só faciais como também corporais, afinal este pode intencionar uma fuga da unidade no momento em que está sendo atendido. O profissional é pouco reconhecido pelo trabalho realizado, e até mesmo pouco solicitado para opinar sobre o funcionamento de alguns serviços dentro da instituição. [...] (SANTOS, 2013, p.54)

Mesmo com as dificuldades apresentadas, o Serviço Social na instituição teve alguns avanços como a contratação do profissional de Serviço Social por concurso público no ano de 2006, o que garante a continuidade dos trabalhos planejados e dos projetos efetuados na instituição. Salienta-se que a atual assistente social está na instituição desde agosto de 2009.

Os projetos realizados pelo Setor Social na Penitenciária Estadual de Florianópolis surgiram a partir das demandas apresentadas pelos usuários, e são:

- Projeto Resgate da Cidadania: que compreende a confecção de documentos de identidade dos detentos (RG) e os encaminha, quando solicitado, para registrar o nascimento de filhos e casamento;
- Projeto Controle de Tuberculose: com a distribuição de cartazes, orientação aos detentos e funcionários, encaminhamento para exames, tratamento e prevenção;

- Projeto Natal: promover a solidariedade para as famílias dos reeducandos durante a semana de Natal, através da doação de brinquedos para as crianças (menores de 12 anos) e da decoração das salas de visita e casa da revista (local de espera);
- Projeto Fortalecendo Vínculos: em datas comemorativas como Natal Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia das Crianças. São solicitados pedidos de visitas especiais de pessoas que não estão cadastradas como visitantes, mas que possuem vínculo afetivo com o detento;
- Projeto inclusão Social através do Vale Postal: viabilizar ao detento acesso ao apoio material que não seus visitantes, que não realizam visitas frequentes devido à distância da instituição, podem oferecer a através do depósito de vale-postal;
- Inserção no Mercado de Trabalho: propicia orientação sobre locais para cursos de qualificação profissional e cadastro de empregos, para que os detentos possam ter oportunidade de procurar trabalho quando saírem da prisão. (SANTOS, 2013)

Portanto, discorreremos neste item sobre os problemas e avanços que o Serviço Social encontra cotidianamente na Penitenciária Estadual de Florianópolis. A seguir abordaremos o tema da entrevista inicial como um instrumento de grande relevância do trabalho do Serviço Social, porém que não vem sendo utilizado atualmente pela Assistente Social da instituição devido à grande demanda de atendimento.

3.2 Problematizando a Aplicação da Entrevista Inicial pelo Serviço Social na Penitenciária Estadual de Florianópolis

Conforme Gil (1989, p. 113), a entrevista é uma das técnicas de pesquisa mais utilizada no campo das ciências sociais e caracteriza-se como uma “técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social.” De acordo com o mesmo autor podemos destacar como vantagens da utilização da entrevista:

- a) a entrevista possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social;
- b) a entrevista é uma técnica muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano;
- c) os dados obtidos são suscetíveis de classificação de quantificação. (GIL, 1989, p. 114)

Além disso:

a) não exige que o entrevistado saiba ler ou escrever; b) possibilita a obtenção de maior número de respostas, posto que é mais fácil deixar de responder a um questionário do que negar-se a ser entrevistado; c) oferece flexibilidade muito maior, posto que o entrevistado pode esclarecer o significado das perguntas e adaptar-se mais facilmente às pessoas e às circunstâncias em que se desenvolve a entrevista; d) possibilita captar a expressão corporal do entrevistado, bem como a tonalidade de voz e a ênfase nas respostas. (GIL, 1989, p. 114)

No processo da aplicação da entrevista além das vantagens também é possível elencar algumas desvantagens na aplicação deste instrumental de pesquisa como: a entrevista Gil (1989) aponta para a:

a) a falta de motivação do entrevistado para responder as perguntas que lhe são feitas; b) a inadequada compreensão do significado das perguntas; facilidade de fornecimento de respostas falsas; c) o fornecimento de respostas falsas, determinadas por razões conscientes ou inconscientes; d) inabilidade ou mesmo incapacidade do entrevistado para responder adequadamente, em decorrência de insuficiência vocabular ou de problemas psicológicos; e) a influência exercida pelo aspecto pessoal do entrevistador sobre o entrevistado; f) a influência das opiniões pessoais do entrevistador sobre as respostas do entrevistado; g) os custos com o treinamento de pessoal e a aplicação das entrevistas. (GIL, 1989, p.114)

A entrevista, no campo da pesquisa de campo, pode ser classificada em diferentes tipos como destaca Gil (1989):

- a) **Entrevista informal (não estruturada):** Objetiva uma visão geral do problema pesquisado, só se diferencia de uma simples conversa pelo fato de ter como objetivo principal a coleta de dados. Este tipo de entrevista é indicada nos estudos exploratórios, que pretendem abordar realidades pouco conhecidas pelo pesquisador. Nessas entrevistas, frequentemente recorre-se a informantes-chave, especialistas no assunto. Comum em estudos de caso, autobiografias, etc. (Gil, 1989)
- b) **Entrevista focalizada:** Como a anterior, é uma entrevista livre, quase que uma conversa, mas sobre um tema específico. Exige a habilidade e sensibilidade por parte do entrevistador de não permitir que o tema da conversa se desvie do tema original. Este tipo de entrevista geralmente é utilizada em situações experimentais, com a finalidade de explorar a fundo alguma experiência específica. (Gil, 1989)

- c) **Entrevista por pautas (semi estruturada):** Apresenta certo grau de estruturação, pois é guiada por uma relação de pontos, ou pautas, de interesse que o entrevistador vai explorando no decorrer da entrevista. Neste tipo de entrevista são feitas poucas perguntas diretas, deixa-se o entrevistado falar livremente enquanto se referir às pautas assinaladas. Necessário intervir quando o assunto fugir da pauta. Quando for interesse do tema, as atitudes culturais do respondente são consideradas respostas a uma entrevista por pautas. Este tipo de entrevista é indicada nas situações em que o entrevistado não se sente à vontade em responder um questionário mais rígido. (Gil, 1989)
- d) **Entrevista estruturada:** Baseia-se na utilização de um questionário ou formulário, cuja ordem e redação permanecem invariáveis para todos os entrevistados, que geralmente são em grande número. Recomenda-se que o mesmo seja pré-testado em uma amostra da população. Permite o tratamento quantitativo e estatístico dos dados. (Gil, 1989)

Pode-se identificar que a entrevista como instrumental de pesquisa também tem seu rebatimento em determinadas profissões que a utilizam com o objetivo de conhecer melhor a realidade e história de seus usuários, como é o caso do Serviço Social que tem como um de seus instrumentos de intervenção a entrevista.

Observa-se que a entrevista é um importante instrumento de trabalho utilizado pelo Serviço Social e acompanha a profissão desde sua gênese, quando a profissão ainda a inseria como um estudo de caso, dentro de uma lógica funcionalista. Acreditava-se que a entrevista era apenas um elemento que o assistente social utilizava para ler a realidade, sem considerar o contexto social em que o indivíduo está inserido. (LEWGOY e SILVEIRA, 2007)

Atualmente a Entrevista em Serviço Social é apreendida por vários profissionais não como uma simples conversa entre duas pessoas, uma simples coleta de dados ou um instrumento para encaminhamento. A entrevista é analisada hoje pela profissão como um instrumento que possibilita a construção de conhecimento mútuo, onde o tipo de relação e de linguagem formada pelo Assistente Social e o usuário permite uma troca de informações, que amplie suas consciências políticas, e assim se torne possível uma reflexão crítica sobre a realidade, buscando dessa forma intervir, se não, para transformação da realidade, pelo menos ampliando o campo de possibilidades de ação. (SANTOS E NORONHA, 2012). Neste sentido, observa-se que:

[...] O momento da entrevista deve oportunizar à população uma reflexão sobre sua inserção na sociedade. Já o assistente social, ao se aproximar da realidade vivida da população, tem melhores condições de compreender as demandas colocadas, possibilitando, assim uma resposta profissional condizente com as reais necessidades da população. (SANTOS E NORONHA, 2012, p.51)

Portanto, é possível afirmar que “a Entrevista proporciona um aprofundamento do conhecimento da realidade social, uma reflexão sobre a situação, a troca respeitosa entre sujeitos e a possibilidade de intervenção sobre a realidade”. (BOUÇAS, 2011. p. 45)

Conforme Santos (2013), historicamente os instrumentos cumprem, na relação entre Assistente Social e usuário, uma função política e ideológica, pois guardam em si caráter de poder e contradições. Através desta perspectiva é possível afirmar que:

[...] A escolha dos instrumentos e técnicas a serem utilizados requer um conhecimento prévio dos processos, das determinações e das conexões sociais em que está inserido o objeto de sua intervenção, o que lhe é oferecido pela teoria. Ou seja, o manuseio do instrumento não dispensa orientação teórica, ele implica um conhecimento teórico (SANTOS, 2013, p. 86).

A entrevista como um instrumento de trabalho do (a) Assistente Social da Penitenciária Estadual de Florianópolis, denominada de Entrevista Inicial, em tese seria realizada com os detentos, assim que, estes ingressassem na instituição. A Entrevista Inicial tem por finalidade obter as características gerais dos detentos, para que o (a) Assistente Social da instituição possa conhecer as particularidades dos mesmos e assim, auxiliar na atuação do (a) Assistente Social, bem como dos demais profissionais da Penitenciária (PEREIRA, 2003).

Durante a realização do Estágio Obrigatório na Penitenciária Estadual de Florianópolis, verificou-se que a Entrevista Inicial não era mais aplicada pelo Serviço Social na instituição desde o ano de 2005, devido à falta de profissionais, e também à grande demanda a qual o (a) único (a) Assistente Social da instituição deve dar conta.

Mesmo diante da dificuldade de realizar a entrevista inicial com os detentos, era um dos objetivos do Projeto de Intervenção da estagiária, autora deste TCC, a realização da aplicação da entrevista inicial com os detentos condenados, alocados na ala denominada parte interna, com capacidade de aproximadamente 450 (quatrocentos e cinquenta) detentos.

O objetivo inicial da proposta de intervenção era realizar a entrevista inicial duas vezes por semana, com quatro entrevistados por dia, durante o período de dois meses. No entanto, devido à grande demanda de memorandos enviados pelos detentos (muitas vezes com questões que necessitam de respostas imediatas), além do grande número de ligações de familiares dos

detentos referente a diferentes encaminhamentos (que também necessitam de respostas imediatas) atendidos pelo setor diariamente, só foram realizadas 12 (doze) entrevistas no total.

É possível afirmar que a falta de profissionais do Serviço Social dificulta a realização das entrevistas, pois conforme supracitado, apenas um (a) Assistente Social, mesmo contando com três estagiários (as), não consegue dar conta das demandas dos 950 (novecentos e cinquenta) detentos, e atender as demandas de seus familiares, tornando-se praticamente impossível aplicar as entrevistas dentro do tempo disponível para o trabalho do (a) Assistente Social na instituição.

Além da falta de profissionais Assistentes Sociais na instituição é visível, dentro da dinâmica institucional, que o Serviço Social, limita-se apenas a responder as demandas urgentes e imediatas, o que dificulta traçar uma estratégia de planejamento que ultrapasse tais ações. Portanto, é importante destacar que a atuação do Serviço Social na Penitenciária Estadual de Florianópolis

[...] Exige olhar além das fronteiras imediatas das atividades executadas rotineiramente, para apreender as tendências dos processos sociais e as mudanças macroscópicas que ocorrem na contemporaneidade, para identificar, por meio delas, novas possibilidades e exigências para o trabalho. [...] (IAMAMOTO, 2000. p. 109)

Ressalta-se ainda, a falta de interesse do Estado em atender a população carcerário, pois o que se observa na instituição é uma ausência de investimento tanto em recursos materiais, com a deficiência de manutenção da estrutura, quanto a ausência de investimento em recursos humanos, com a não contratação de funcionários em diferentes setores da instituição.

As entrevistas foram realizadas na sala de atendimento, utilizada pelo serviço social e pela psicologia. Para trazer os detentos para a sala de atendimento contamos com os agentes penitenciários, que os buscam em suas celas e realizam revista nos mesmos, para que somente após tais procedimentos sejam atendidos. Esse procedimento, dependendo do funcionário que realiza, pode demorar um pouco, por isso estipulamos apenas quatro entrevistas por dia, pois a realização da mesma é mais longa que um atendimento individual²³.

A primeira abordagem, durante o projeto de intervenção, na aplicação das entrevistas foi explicar para os entrevistados que objetivo de os chamar ali era o de retomar o projeto de entrevista inicial, por isso iriam ser feitas algumas perguntas visando um melhor atendimento

²³ Considerando que no período de duas horas de atendimento é possível realizar até dez atendimentos individuais, enquanto no mesmo período de tempo é possível realizar apenas quatro entrevistas.

deles. No final da entrevista foi entregue aos detentos um folder (Anexo II) com orientações e informações sobre o setor social, elaborado como projeto de intervenção, por outra estagiária da instituição.

É importante destacar conforme afirma Sousa (2008) que:

A entrevista nada mais é do que um diálogo, um processo de comunicação direta entre o Assistente Social e um usuário (entrevista individual), ou mais de um (entrevista grupal). Contudo, o que diferencia a entrevista de um diálogo comum é o fato de existir um entrevistador e um entrevistado, isto é, o Assistente Social ocupa um papel diferente – e, sob determinado ponto de vista, desigual – do papel do usuário. [...] Ambos os sujeitos (Assistente Social e usuário) possuem objetivos com a realização da entrevista – objetivos esses necessariamente diferentes. Mas o papel de entrevistador que cabe ao Assistente Social coloca-lhe a tarefa de conduzir o diálogo, de direcionar para os objetivos que se pretendem alcançar. (p. 126)

O tipo de entrevista aplicada foi a entrevista estruturada, com um questionário de perguntas fechadas, tendo em vista que este tipo de entrevista possibilita a otimização de tempo, pois é mais ágil e possibilita, desta forma, um maior número de aplicação de entrevistas, logo abrange um maior número de detentos, facilitando assim a continuidade do projeto. O roteiro de entrevista utilizado neste projeto de intervenção foi elaborado a partir do modelo utilizado no TCC intitulado “O Perfil do Sentenciado da Penitenciária Estadual de Florianópolis” realizado no ano de 2003 na Penitenciária de Florianópolis aplicado por Pereira, que era estagiária da instituição, com algumas alterações feitas pela autora. Nas primeiras entrevistas, verificou-se a necessidade de modificar o roteiro de entrevista (modelo final anexo no final do trabalho), pois haviam perguntas que se repetiam.

Um dos grandes avanços observados na aplicação das entrevistas foi que a partir delas foi possível fazer encaminhamentos aos diferentes setores da Penitenciária, como o setor de saúde e psicologia, além disso, conseguimos alguns contatos familiares, para tentar preservar os vínculos.

Durante a aplicação das entrevistas, os detentos ficavam atentos às perguntas e respondiam a todas sem problemas. Alguns simplesmente davam as respostas, sem muitas explicações, mas a maioria gostava de esmiuçar suas trajetórias de vida, sobre porque foram presos, sobre a família e etc., fornecendo assim, a possibilidade de uma análise mais ampla a partir dos dados coletados. Nesse sentido, podemos analisar a entrevista realizada na Penitenciária Estadual de Florianópolis como:

[...] um dos instrumentos que possibilita a tomada de consciência pelos assistentes sociais das relações e interações que se estabelecem entre a realidade e os sujeitos, sendo eles individuais ou coletivos. [...] Nessa perspectiva, ela é capaz de produzir confrontos de conhecimentos e informações que, pouco depois, irão, de maneira sistematizada e inteligível, ganhar a arena pública e participar, em maior ou menor escala, da construção das sociedades e definição de seus rumos. [...] (LEWGOY e SILVEIRA, 2007. p. 235)

Após a realização da entrevista, os questionários foram anexados ao prontuário do detento, permitindo assim uma sistematização das informações coletadas, o que é um avanço para o Serviço Social, pois quando o detento chega à penitenciária não temos nenhum dado sobre ele. Somente depois que ele é atendido, envia um memorando para o setor social da instituição ou a família faz o cadastro de visita é que se abre um prontuário social do detento.

Portanto, a partir da aplicação do projeto de intervenção, constatou-se a importância para o Serviço Social desta instituição da retomada da entrevista inicial com os detentos, pois através desse primeiro atendimento podemos efetuar uma escuta qualificada e atenta no que diz respeito as relações (diferentes e complexas) nas quais estão inseridos os entrevistados.

Além disso, é no momento da entrevista inicial que o profissional de Serviço Social poderá fazer os primeiros esclarecimentos ao detento, orientando-os quanto aos seus direitos e deveres, informando-os sobre o dia a dia na unidade e buscando informações como por exemplo, sobre o uso de substâncias psicoativas, problemas de relacionamento, problemas de saúde, e informações sobre os familiares que realizarão visitas. Essas informações poderão beneficiar os detentos no sentido de viabilização de direitos e ao acesso de informações para acessá-los.

Através da entrevista inicial será possível obter dados para contatar a família, afim de comunicar a entrada do detento na unidade, esclarecer dúvidas referentes ao cadastro de visitas, aos materiais, inclusive medicamentos, que são autorizados a entrar na unidade, além de dúvidas sobre auxílio reclusão, visita íntima, entre outras.

Nesse sentido, considera-se que este atendimento inicial por se propor a uma escuta qualificada é capaz de auxiliar no mapeamento das redes em que o detento está inserido, e a partir disso, construir-se melhores encaminhamentos, mesmo diante das impossibilidades postas pelas regras institucionais. (SOARES, 2009)

Reconhecendo as vulnerabilidades nas diferentes relações sociais, o Serviço Social pode a partir da rede social disponível, contribuir para o acesso a direitos, para a redução dos danos causados pelo encarceramento, e para a diminuição das violações de direitos característico desse espaço institucional.

É importante ressaltar que para uma escuta qualificada deve-se ter uma perspectiva crítica do fenômeno da criminalidade²⁴, para que os profissionais do Serviço Social não se afastem do real entendimento dos processos históricos de criminalização em que estão inseridos os sujeitos atendidos.

É possível identificar o processo de criminalização, por exemplo, nas falas dos sujeitos durante a entrevista, onde 6 (seis) dos 12 (doze) entrevistados afirmaram que não prosseguiram os estudos, porque tiveram que começar a trabalhar cedo para ajudar a família; 4 (quatro) afirmaram que pararam de estudar devido ao envolvimento com as drogas e com o crime; 1 (um) detento alegou que parou de estudar, pois a escola era muito longe de onde ele morava e 1 (um) não soube responder a pergunta. Outro ponto significativo que podemos analisar é que boa parte dos entrevistados afirma que entrou na criminalidade devido ao envolvimento com as drogas, motivo que leva muitas pessoas ao encarceramento.

Outro ponto importante é que 11 (onze) entre 12 (doze) detentos entrevistados afirmam ter interesse em voltar a estudar ou em se profissionalizar, porém nenhum deles estava estudando na Penitenciária, nem trabalhando. Observa-se ainda, que 10 (dez) dos entrevistados eram reincidentes no sistema prisional, e apenas 4 (quatro) dos entrevistados recebiam visitas de seus familiares.

Portanto, a partir dos dados coletados verifica-se a deficiência do sistema prisional catarinense em realizar projetos que contribuam efetivamente para a reinserção destes detentos na sociedade. Além disso, analisa-se que uma parte significativa dos detentos, não conta com auxílio da família para suprir as lacunas deixadas pelo Estado no que diz respeito a higiene e tratamento de saúde (maiores solicitações dos detentos).

Observar-se, a partir das entrevistas realizadas, mesmo que não tenha sido o objetivo principal, alguns dos pontos vulneráveis destes sujeitos, dentro da sociedade, o que nos leva a crer que estes aspectos – pouca formação intelectual, uso precoce de drogas, entre outros - propiciam uma “seleção” para o sistema penal. Através da sistematização das informações obtidas pelo Serviço Social na Penitenciária de Florianópolis, poder-se-ia em outro momento, pensar em políticas públicas concretas que visassem uma diminuição da criminalidade.

²⁴ Diante de um contexto caracterizado pelo retrocesso das políticas sociais, observa-se uma expansão do sistema penal, visto como uma estratégia do neoliberalismo de conter e administrar em forma criminalizadora as crescentes e cada vez mais complexas manifestações da questão social atreladas a uma situação objetiva de desemprego maciço e estrutural. Por isso este trabalho considera o processo de criminalidade como uma expressão do conjunto de mudanças operadas no sistema capitalista contemporâneo, marcado pelo aumento das desigualdades e por uma política criminal cada vez mais repressiva.

De acordo com Santos e Noronha (2012),

A Entrevista deve extrapolar a concepção, historicamente adquirida, de ser um procedimento que visa apenas ao encaminhamento, apoio, aconselhamento e catarse da população. É preciso ir além da conversa informal, na qual não há preocupação em definir os objetivos na utilização deste instrumento. (p. 52)

No entanto, destaca-se que para aplicação desse importante instrumento de trabalho do Serviço Social na Penitenciária de Florianópolis, que é a entrevista inicial, faz-se necessário um número maior de Assistentes Sociais na instituição, pois como mencionado anteriormente, devido à grande quantidade de responsabilidades e funções exercida na instituição, com apenas uma profissional não é possível a realização da entrevista inicial, pois devem ser aplicadas com atenção, além de que, após sua aplicação, se faz necessário uma série de cuidados para a sistematização correta das informações, e para os possíveis encaminhamentos decorrentes de sua aplicação.

Podemos observar que, um desafio enfrentado pelo profissional de Serviço Social na instituição é a precariedade de investimentos como um todo, demonstrando assim a falta de interesse público para a melhora das condições de manutenção do sistema prisional, mas principalmente na contratação, via concurso, de profissionais especializados para garantir a qualidade do serviço. Este esvaziamento de investimentos pode ser analisado como uma intenção escusa do projeto neoliberal de privatizar essas instituições e para tanto deve precarizar seus serviços.

Além disso, há uma excessiva burocracia que impõe muitos limites institucionais, característica própria das instituições totais. Conforme Bouças (2011), um dos grandes desafios dos profissionais do Assistente Social na contemporaneidade é:

[...] materializar os princípios do projeto vigente de profissão frente ao atual contexto socioeconômico que o próprio profissional está inserido. O capitalismo está em um atual estágio em que a precariedade das relações trabalhistas é evidente. Há o mínimo de investimento nas políticas públicas no atual ordenamento neoliberal, tendo o profissional de Serviço Social que trabalhar com condições parcas de trabalho, em que as instituições oferecem serviços que não atendem a real demanda dos usuários. E sem cair no fatalismo, a categoria vem lutando para prestar o melhor serviço e junto aos usuários propor respostas às suas demandas que atendam e transformem suas condições objetivas de vida, criar formas e lutas coletivas que resistam a ordem societária vigente. (p. 48)

Apesar dos desafios enfrentados pelo Serviço Social na instituição, observamos durante a aplicação da proposta de intervenção que se for retomada a entrevista inicial, ela irá contribuir

para a dimensão investigativa da profissão, facilitando o trabalho do (a) Assistente Social na Penitenciária, pois permiti identificar com antecedência as demandas e dar os devidos esclarecimentos aos detentos sobre o papel do Serviço Social na instituição, além de esclarecer sobre seus direitos e melhor forma de acessá-los.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se que o debate acerca do sistema prisional é mais complexo que apenas uma questão de muros, de celas e de trancas.

As críticas dirigidas à prisão apontam para o peso econômico que essas instituições representam, se comparadas com a sua incapacidade de diminuir as taxas de criminalidade, pois o que se observa na atualidade é um alto índice de reinserção no sistema prisional. O fracasso da pena privativa de liberdade no que se refere à sua função de ressocialização, acontece devido o sistema de reclusão utilizado pelas instituições penais ser, em muitos casos, considerado arcaico, não adequado e mal aplicado. Tornando-se, muitas vezes, pouco resolutivo no que diz respeito a recuperação dos indivíduos que se encontram reclusos nessas instituições.

O tema sobre sistema prisional, apesar de grande repercussão na mídia e nas redes sociais, é pouco debatido no âmbito da profissão do Serviço Social, existem poucos trabalhos que discutam a atuação do Serviço Social neste espaço institucional. Neste sentido, o presente trabalho procurou trazer à luz a discussão acerca desta temática, para assim buscar no espaço acadêmico uma reflexão sobre o tema trabalhado.

Através da realização de estágio na Penitenciária de Florianópolis, observou-se que o sistema prisional em grande medida não cumpre seu objetivo principal que é a reeducação do detento, tendo em vista os altos índices de reincidência observados em várias instituições prisionais, inclusive na Penitenciária de Florianópolis. Podemos afirmar que

[...] O sistema prisional atualmente, está focalizado na premissa da exclusão social do criminoso, visto como perigoso e insubordinado. O confinamento e a vigilância a que está submetido é estrategicamente ordenado por mecanismos de opressão e que em nenhum momento, visam a reeducação. (PEREIRA, 2003. p.80)

O Serviço Social é uma profissão que atua diretamente nas diferentes expressões da questão social, no que tange a assistência do indivíduo que se encontra em privação de liberdade. E conforme Iamamoto (2003), apesar do (a) Assistente Social ser um profissional liberal, ele não depende apenas de si para colocar em ação seu projeto profissional. Na prática este profissional depende das condições reais disponibilizadas pela instituição em que ele atua; pelo indivíduo, sujeito de sua ação, enfim da sociedade como um todo.

Verifica-se na Penitenciária de Florianópolis uma série de limites institucionais, principalmente por se tratar de uma instituição total. Observa-se além da falta de investimento,

por parte do Estado em recursos humanos e reformas na instituição, que o Serviço Social ainda esbarra em diversas regras institucionais, além disso a falta de conhecimento por parte do Setor de Segurança sobre a atuação do Serviço Social dificulta muito a atuação deste profissional.

Neste sentido, afirmamos que o exercício profissional do (a) Assistente Social na Penitenciária Estadual de Florianópolis

[...] exige um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho. (IAMAMOTO, 2009. p. 12)

Durante o processo de estágio na Penitenciária Estadual de Florianópolis é possível observar uma relação muito próxima do Serviço Social com o cotidiano da população carcerária, e devido à falta de profissionais e falta de recursos por parte do Estado, a intervenção acaba se limitando a atendimentos pontuais e imediatos, com poucos projetos que pensem as demandas de forma coletiva. Além disso, notamos a necessidade de planejar projetos com mais embasamento teórico-metodológico, e com boas parcerias, para a garantia dos direitos aos usuários, como uma rede de atendimento ao egresso para encaminhá-los ao trabalho e aproximá-los da família.

Observou-se no decorrer da construção deste trabalho que a entrevista inicial auxiliou o profissional de Serviço Social a garantir um melhor atendimento do detento, verificando antecipadamente suas necessidades, orientá-los quanto as normas institucionais, fazer encaminhamentos pertinentes a suas demandas, além de buscar conservação dos vínculos familiares.

No entanto, constata-se que a falta de profissionais compromete a aplicação deste instrumento na Penitenciária Estadual de Florianópolis destacamos, portanto, a falta de interesse do Estado em investir no sistema prisional e verificar a real necessidade de recursos humanos para atender a população carcerária, isso compromete muito o atendimento de qualidade ao detento.

Acredita-se que, para ser possível a aplicação da entrevista inicial pelo Serviço Social seria necessário que houvesse um maior investimento do Estado, tanto em recursos materiais, quanto humanos. Se existisse pelo menos mais 3 (três) Assistentes Sociais na instituição seria possível um melhor atendimento das demandas dos detentos e suas famílias, sendo uma delas encarregada apenas da aplicação da entrevista, talvez deste modo conseguiríamos aplicar a

entrevista inicial com os detentos assim que este ingressasse na instituição. Além disso, o cumprimento da LEP (1984) em relação a classificação dos presos e de manter na instituição apenas os presos condenados também facilitaria o trabalho do(a) Assistente Social na instituição.

Enfim, esperamos que esse trabalho contribua para um aprofundamento da discussão acerca da atuação do Serviço Social no espaço prisional, analisando os limites e possibilidades existentes nestes espaços institucionais para a profissão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Janaina Loeffler de. **Os limites e as potencialidades de uma ação profissional emancipatória no sistema prisional brasileiro**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio Econômico. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Florianópolis, 2006.

BOUÇAS, Karine Ferreira. **A Entrevista no Processo de Trabalho do Assistente Social: uma Análise Crítica da Utilização deste Instrumento na Equipe de Serviço Social do CEMEAES – Macaé / Rj**. 2011. Monografia (Graduação) Universidade Federal Fluminense, polo universitário de Rio das Ostras, Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras, Curso De Serviço Social. Disponível em <www.puro.uff.br/tcc/2011-2/karine%20-%20completo.pdf> Acesso em 08/03/2015.

CARDOSO, Daniele Cima. **Os sentidos da experiência prisional para sentenciados da Penitenciária Agrícola de Chapecó**. Monografia (Graduação) Universidade Comunitária Regional de Chapecó. Centro de Ciências Sociais e Jurídicas. Curso de Serviço Social. Chapecó, 2005.

CÂMARA. P. S. A política carcerária e a segurança pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. Ano 1. Edição 1. 2007. Disponível em <<http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/viewFile/7/4>>. Acesso em 19/04/15.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social**. Resolução N.º 273/93, de 13 de março de 1993.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.2, n.4, p.01- 13, Sem II. 2008. Disponível em <http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodos_quantitativos_e_qualitativos_um_resgate_teorico.pdf>. Acesso em 18/06/2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 41 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GIL, Antônio Carlos. Entrevista. In: **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOFFMAN, Eving. **Manicômios, prisões e conventos**. Ed. Perspectiva, SP. 1961.

GOMES, L. F. Perfil dos presos no Brasil em 2012. **JusBrasil**. 2014. Disponível em<<http://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/121932332/perfil-dos-presos-no-brasil-em-2012>>. Acesso em: 20/04/2015.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade no trabalho do Assistente Social. In: CFESS/ ABEPSS. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 4. Brasília: CEAD/UNB, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: < http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/sintese_indic/indic_sociais2009.pdf> Acesso em: 05/07/2015.

IAMAMOTO, V. Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3ª ed. São Paulo. Cortez. 2000.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. In: **Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília. 2009.

_____. CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. A entrevista no processo de trabalho do Assistente Social. In: **Textos & Contextos**. Nº 8, Ano VI. Dezembro. Porto Alegre: PUC/RS, 2007.

LEI Nº 7.210, de 11 de julho de 1984. **Lei de Execução Penal**. Disponível em:< <http://www.deap.sc.gov.br/index.php/legislacao-normativos/38-18042012-lei-de-execucoes-penais-lep-1/file>> Acesso em 26/04/2015.

MIOTO, C. T. Regina. Processo de Responsabilização das Famílias no Contexto dos Serviços Públicos: notas introdutórias. In: SARMENTO, B. M. Hélder (Org.) **Serviço Social: questões contemporâneas**. Florianópolis. Ed. da UFSC, 2012.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Prisão: um paradoxo social**. 3ª ed. rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

PEREIRA, Rosane. **O Perfil dos Sentenciado da Penitenciária Estadual de Florianópolis**. 2003. Monografia. (Graduação) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Curso de Serviço Social. Florianópolis.

SANTOS, Andréia dos A. F. **A Inserção dos Grupos Religiosos na Penitenciária Estadual de Florianópolis**. Monografia (Graduação) Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio Econômico. Curso de Serviço Social. Florianópolis, 2013.

SANTOS, Claudia Mônica dos. **Na Prática a Teoria é Outra? Mitos e Dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010a.

_____. NORONHA, Karine. O Estado da Arte Sobre os instrumentos e Técnicas na Intervenção Profissional do Assistente Social- uma Perspectiva Crítica. In: FORTI, Valéria. GUERRA, Yolanda. (Org.) **Serviço Social: Temas, Textos e Contextos**. Coetânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010b.

SANTA CATARINA. Lei Complementar nº 529, de 17 de janeiro de 2011. Institui o Regimento Interno dos Estabelecimentos Penais de Santa Catarina. Disponível em: < <http://www.deap.sc.gov.br/index.php/legislacao-normativos/39-12042012-instrucao-normativa-0012010-deap-1/file>> Acesso em: 24/04/2015.

_____. Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania. Departamento de Administração Prisional. **Instrução Normativa nº 001/2010/DEAP/GAB/SSP**: Normas e Procedimentos Operacionais de Segurança a serem adotados pelas Unidades Prisionais do Estado de Santa Catarina. Disponível em <<http://www.deap.sc.gov.br/deap/downloads.jsp?id=2>> Acesso em 25 de maio de 2015.

SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS (InfoPen). **Ministério da Justiça**. Disponível em <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={D574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896}&BrowserType=IE&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D%7BC37B2AE9-4C68-4006-8B16-24D28407509C%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>> Acesso em 19/04/2015.

SOARES, Fernanda Carneiro. **O Serviço Social em uma Unidade Penitenciária Feminina: contribuições ao debate da dimensão técnico-operativa a partir de uma pesquisa avaliativa**. 2009. Monografia. (Graduação) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social. Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.ess.ufrj.br/monografias/105054615.pdf>> Acesso em 27/05/2015.

SOUSA, Charles Toniolo de Sousa. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. In: **Emancipação**, Ponta Grossa, n ° 8, 2008.

TRISOTTO, Sabrina. **O trabalho prisional como instrumento de reabilitação social: uma perspectiva crítica**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis, 2005.

APÊNDICE – ENTREVISTA INICIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL – DEAP
PENITENCIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS
SETOR SOCIAL

ENTREVISTA INICIAL

IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

IPEN: _____

Apelido: _____ Cor: () branco () negro () pardo

Data de Nascimento: ____/____/____ Idade: _____

Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Serviço Militar: () dispensado () prestou data: ____/____/____

ENDEREÇO

Rua: _____ Nº _____

Bairro: _____ Cidade: _____ UF: _____

Complemento: _____

Moradia: () própria () alugada () outros: _____

Quem reside nesse endereço atualmente? _____

Telefones: _____

COMUNICAÇÃO FAMILIAR

Contato com: _____

Parentesco: _____ telefone: _____

Endereço: _____

ESCOLARIDADE

() Analfabeto

() Fundamental _____ série concluída:

() Médio _____ ano concluído:

() Superior:

Por que não prosseguiu? _____

Repetiu alguma série: () sim () não quais? _____

PROFISSIONAL

Atividades Desempenhadas: _____

Tem curso profissionalizante/técnico? () não () sim. Qual? _____

Quando foi preso estava trabalhando? () sim () não Qual Renda? _____

Onde? _____ Tinha CNH? () sim () não

Estava contribuindo no último ano? () sim () não

Dependentes do seu trabalho? () sim () não quem? _____

Como se sustentam hoje? _____

Renda familiar anterior a condenação: () até 1 salário () 1 a 3 salários () 3 a 5 salários () acima de 5 salários

ESTADO CIVIL

() Amasiado _____ anos () Casado _____ anos
 () Solteiro () Separado () Viúvo

Esposa: _____

Trabalha? () sim () não onde? _____

Já teve outras uniões () sim () não. Quantas? _____

Quantos Filhos: _____

1 -Nome: _____ registrado: () sim () não

Mãe: _____ Idade: _____ estudante: () sim () não

2 -Nome: _____ registrado: () sim () não

Mãe: _____ Idade: _____ estudante: () sim () não

3 -Nome: _____ registrado: () sim () não

Mãe: _____ Idade: _____ estudante: () sim () não

4 -Nome: _____ registrado: () sim () não

Mãe: _____ Idade: _____ estudante: () sim () não

5 -Nome: _____ registrado: () sim () não

Mãe: _____ Idade: _____ estudante: () sim () não

6 -Nome: _____ registrado: () sim () não

Mãe: _____ Idade: _____ estudante: () sim () não

Com quem está(ão) _____

Algum Falecido? _____ Quantos Trabalham? _____

PAIS

Mãe: _____

Idade: _____ Profissão: _____

Pai: _____

Idade: _____ Profissão: _____

Separados? () sim () não Falecidos: _____

Como é seu relacionamento com seus pais: _____

Por quem foi criado? _____

Tem Irmãos? () Sim () Não Quantos? _____

1 -Nome: _____ Idade: _____

Telefone: _____ Profissão: _____

2 -Nome: _____ Idade: _____

Telefone: _____ Profissão: _____

3 -Nome: _____ Idade: _____

Telefone: _____ Profissão: _____

4 -Nome: _____ Idade: _____

Telefone: _____ Profissão: _____

Algum Falecido? () Sim () Não Motivo: _____

Como eram as relações na família? _____

Recebe visitas? () Sim () Não. Quem? _____

Gostaria que algum familiar fosse contatado para lhe visitar? Sim () Não ()

Quem? _____ Fone: _____

SAÚDE

Sofreu maus tratos na infância? () sim () não

De que tipo? _____ E de quem? _____

Alguém da família é: () alcoolista () tabagista () usuário de drogas

Usava drogas? () sozinho () grupo o que sentia? _____

Tempo de uso? _____ tempo de abstinência: _____

Já foi ferido (arma)? () sim () não. Motivo: _____

Tem problemas de saúde? () sim () não. Quais? _____

_____ Faz tratamento? _____

DOCUMENTAÇÃO

RG: _____ UF: _____ ÓRGÃO: _____

CNH: _____ CPF: _____

HISTÓRICO CRIMINAL

Chegada: ___/___/____ Origem: _____

() Provisório () Condenado _____ anos

Prisão: ___/___/____ Crime: _____ tempo: _____

Prisão: ___/___/____ Crime: _____ tempo: _____

Idade e como iniciou envolvimento com crime? _____

Tem advogado? () sim _____ () não () Defensor Público

Alguém da família está ou já esteve preso? () sim () não

Quem? _____ Motivo: _____ Unidade : _____

PERSPECTIVAS

Como se sente? () arrependido () não arrependido

Sua família se sente: () surpresa () envergonhada () já esperava () o abandonou () aceitou

() outros: _____

Quer estudar? () sim () não

Quer trabalhar? () sim () não área: _____

Quer aprender uma profissão? () sim () não

Possui habilidades? () sim () não quais? _____

Toca algum instrumento musical? () sim () não. Qual? _____

Tem interesse em leitura? () sim () não

OBSERVAÇÕES DO REEDUCANDO

Alimentação: () ótima () boa () regular () péssima

Saúde: () ótima () boa () regular () péssima

Tratamento recebido: () ótima () boa () regular () péssima

Higiene: () ótima () boa () regular () péssima

ASPECTOS APRESENTADOS DURANTE ENTREVISTA

() calmo () agitado () triste () envergonhado () nervoso

() doente () indiferente () concentrado () indignado

DATA DA ENTREVISTA: ___/___/____

ENTREVISTADOR(A): _____

ANEXO I
ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS DISTRIBUÍDOS POR REGIONAIS

Regional Grande Florianópolis	
Florianópolis	Presídio Feminino de Florianópolis
	Presídio Masculino de Florianópolis
	Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico
	Casa do Albergado
	Penitenciária de Florianópolis
	Central de Triagem de Presos da Capital
Biguaçu	Presídio de Biguaçu
Palhoça	Colônia Penal Agrícola de Palhoça
São Pedro de Alcântara	Complexo Penitenciário do Estado (COPE)
Regional Norte	
Joinville	Penitenciária Industrial de Joinville
	Presídio de Joinville
São Francisco do Sul	Unidade Prisional Avançada de São Francisco do Sul
Barra Velha	Unidade Prisional Avançada de Barra Velha
Canoinhas	Unidade Prisional Avançada de Canoinhas
Jaraguá do Sul	Presidio de Jaraguá
Mafra	Presidio de Mafra
Porto União	Presídio de Porto União
Regional Vale do Itajaí	
Itajaí	Presídio – Complexo Penitenciário de do Vale do Itajaí
	Penitenciária - Complexo Penitenciário de do Vale do Itajaí
	Presídio de Itajaí
Blumenau	Presídio de Blumenau
Brusque	Unidade Prisional Avançada de Brusque
Indaial	Unidade Prisional Avançada de Indaial
Itapema	Unidade Prisional Avançada de Itapema
Tijucas	Presídio de Tijucas
Região Oeste	
Chapeco	Penitenciária Agrícola de Chapecó
	Presídio de Chapecó

	Unidade Prisional Avançada de Chapecó
Campos Novos	Unidade Prisional Avançada de Campos Novos
Concórdia	Presídio de Concórdia
Joaçaba	Presídio de Joaçaba
São Miguel do Oeste	Unidade Prisional Avançada de São Miguel do Oeste
Xanxerê	Presídio de Xanxerê
Regional Planalto Serrano	
Lages	Presídio Masculino de Lages
	Presídio Regional de Lages
Curitibanos	Penitenciária da Região de Curitibanos
Caçador	Presídio de Caçador
Rio do Sul	Presídio do Sul
São Joaquim	Unidade Prisional Avançada de São Joaquim
Videira	Unidade Prisional Avançada de Videira
Regional Sul	
Tubarão	Presídio Feminino de Tubarão
	Presídio Masculino de Tubarão
Criciúma	Penitenciária Sul
	Presídio de Criciúma
Araranguá	Presídio de Araranguá
Imbituba	Unidade Prisional Avançada de Imbituba
Laguna	Unidade Prisional Avançada de Laguna

Fonte: Secretaria do Estado da Justiça e Cidadania, adaptado por (SANTOS, 2013)

ANEXO II

FOLDER COM INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE O SETOR SOCIAL

FOLDER INFORMATIVO: Frente

Informações Adicionais:

➡ Kit Higiene

Uma vez por mês os reeducandos recebem da unidade um Kit com materiais de higiene, sendo que, familiares cadastrados podem trazer até 10 (dez) itens no dia de visita.

➡ Pecúlio

O Setor de Pecúlio é responsável pelo dinheiro do reeducando, seja pelo salário adquirido na instituição ou por depósitos feitos por familiares cadastrados, para a utilização mensal na sua manutenção carcerária. Através do setor social autoriza por memorando a compra de medicamentos e paga consultas médicas particulares, quando não possui familiares cadastrados.

➡ Escola

São disponibilizados, através da Escola Supletiva, uma unidade descentralizada do CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos. Atende os níveis de alfabetização, nivelamento, ensino fundamental e médio.

Os reeducandos interessados em estudar, devem solicitar aos professores a cada início de semestre.

Solicitações para trabalho e/ou transferências, enviar memorando para o Chefe de Segurança.

Serviço Social na Instituição:

Objetivos: Buscar espaços de socialização e possibilidades de convívio social aos intemos do sistema prisional. Comprometido com o desenvolvimento da cidadania como direito de todos.

Prioridade: Trabalhar sempre na ótica dos direitos do reeducando e seus familiares, em busca de manter os vínculos familiares assim como orientar e esclarecer suas respectivas famílias.

Penitenciária Estadual de Florianópolis.

Endereço: Rua Delminda Silveira, 960
Bairro: Agrônômica - Florianópolis/ SC
CEP: 88025-500

Telefones para contato, Setor Social:

(48) 2107-2801 (48) 2107-2812
 (48) 2107-2814 (48) 2107-2863



ESTADO DE SANTA CATARINA.
 SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA.
 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL.
 PENITENCIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS.
 GERÊNCIA DE SAÚDE, ENSINO E PROMOÇÃO SOCIAL.

Informações Básicas sobre o Setor Social

Para os reeducandos da Penitenciária Estadual de Florianópolis

Sistema Humanizado, Cidadania Respeitada

FOLDER INFORMATIVO: Verso

Orientações Básicas:

Todo o reeducando ao chegar à instituição, passa pela 1ª fase, que são 15 dias sem visita e em observação, onde se verifica em que local acomodá-lo, visando assim sua integridade física.

Memorandos:

Todo reeducando tem direito a um memorando, onde solicita suas necessidades e atendimentos, para os setores: Social, Pécúlio, Chefe de Segurança, Psicologia, Jurídico, Penal, Dentista e Rouparia.

A forma mais rápida e eficaz para resolver sua solicitação é encaminhar um memorando para o setor responsável.

Solicitações ao Setor Social:

- Esclarecimento de dúvidas e/ou auxílio no acesso a benefícios: previdenciários (perícias e auxílio-reclusão) e bancários (saques, PIS, FGTS e seguro-desemprego);
- Viabilização de visitas, tanto familiares quanto conjugais (cadastro de visitante e confecção de carteirinhas);
- Atendimento individual ao reeducando quando solicitado;
- Informações sobre normas, direitos e deveres;
- Orientações para companheiras sobre encontro íntimo;
- Encaminhamento para atendimento hospitalar, odontológico e médico especializado;
- Mediações de conflitos familiares;
- Promoção do restabelecimento e preservação do

vínculo entre o detento e seus familiares;

- Contatos pessoais e telefônicos com familiares para a orientação e esclarecimentos (lembrando que para isso, é necessário informar: Nome, Número de telefone com DDD. Principalmente quando não há cadastro da família);
- Encaminhar providências em casos de falecimento, tanto do reeducando, quanto de familiares de 1º grau;
- Confecção de documentos:

Para a confecção do RG:

É necessário certidão de nascimento atualizada, portanto, os familiares devem providenciá-la ou informar o cartório onde o reeducando foi registrado, para o Setor Social solicitar uma nova via da certidão de nascimento, tirar foto 3x4 e aguardar um representante do IGP dar entrada nos pedidos e coletar as digitais dos solicitantes.
Processo por vezes demorado.

Registro de Filhos/Reconhecimento de paternidade:

O Setor Social também está responsável por encaminhar os detentos aos cartórios para registro de nascimento e reconhecimento de paternidade de filhos, além de casamentos e procurações;
Porém cabe à família ou advogados tratar dos documentos necessários para os registros junto ao cartório.

Cadastro de Visitante:

Quem pode fazer cadastro: Parentes de 1º grau: pai, mãe, irmãos, esposa e filhos.

Documentos necessários: 2 fotos 3x4, cópia de RG e CPF; comprovante de residência; antecedentes criminais.

Para esposa: Certidão de casamento ou declaração de união estável com duas testemunhas, autenticada em cartório.

Para filhos: Certidão de nascimento e acompanhados do responsável legal, caso este não seja cadastrado, necessitará de uma autorização do mesmo, registrada em cartório, que autorize esta criança a entrar acompanhada de um responsável cadastrado.

Cancelamento de Carteirainha:

O reeducando tem o direito de cancelar visitas cadastradas, para isso deve solicitar junto ao Setor Social, via memorando o cancelamento do cadastro (corte da carteirainha).

Lembrando que depois de cortar a carteirainha da companheira, o reeducando só poderá ter uma outra companheira após 3 (três) meses.

Visita Íntima:

O reeducando terá direito ao encontro com sua companheira após 2 meses de seu ingresso e depois de 1 mês do cadastro da visitante. O agendamento do encontro é solicitado pela companheira, após ambos assinarem o termo de responsabilidade, comprometendo-se com os possíveis riscos de gravidez e doenças sexualmente transmissíveis.